

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze

— Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na cidade de Mangualde, no Auditório da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 28/11/2014;-----

--- 2 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da CIM Viseu Dão Lafões para o ano de 2015, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 3 - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 14º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

--- 4 - Análise, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 14º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

--- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de renovação da deliberação de autorização de abertura de procedimentos concursais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 159/2015, de 13 de abril, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 46º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, n.ºs 2 e 3, do artigo 66º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, n.ºs 2 e 3, do artigo 64º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro e nos n.ºs 2 e 3, do artigo 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro;-----

--- 6 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de novembro de 2014 e 21 de abril de 2015, ao abrigo autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 28 de novembro de 2014, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

--- Realizada a chamada às dezoito horas e quinze minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-----

--- João Cândido da Silva Henrique;-----

--- Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira;-----

--- Pedro António Figueiredo Moreira;-----

--- João Fernando Marques Rebelo Cotta;-----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia.-----

---O Senhor Presidente da Mesa começou por usar da palavra e cuja intervenção se transcreve: “Como sabem o período antes da ordem do dia, por regimento, não pode ter mais de uma hora. Não sei se há mais alguém que queira se inscrever, vou dizer quem está inscrito: Marco Almeida; Joaquim Santos; Paulo Marques; José Sobral Abrantes; António Dinis; José Faria; António Rafael Amaro, João Tiago Henriques e Alberto Ascensão. Não se mais alguém se quer inscrever. -----

--- Não havendo mais inscrições, iremos então iniciar o período antes da ordem do dia. Em termos regimentais tem uma duração máxima de uma hora pelo que uma divisão equitativa podemos dar sete minutos para cada um dos intervenientes.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Secretário Executivo, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Dr. João Azevedo, meu caríssimo amigo, quero antes de mais agradece-lhe o facto de nos receber nesta magnífica cidade, e testemunhar o grande trabalho que tem feito nesta autarquia, quer a nível de infraestruturas para a captação de investimento e criação de emprego, quer na gestão autárquica. -----

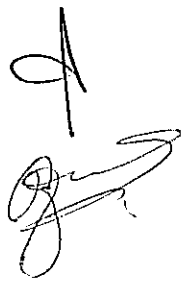
--- Caros Deputados, público, comunicação social, estamos em abril, muitos portugueses e muitas portuguesas lutaram por um país em que todos tivessem o direito à liberdade, à igualdade, à fraternidade e à justiça, e não poderia deixar passar esta oportunidade para evocar o 25 de abril. -----

--- Um abril feito, outro por fazer. -----

--- Comemorou-se há dois dias quadragésimo-primeiro aniversário da Revolução dos Cravos, os acontecimentos mais marcantes do século XX em Portugal e continua a ser, aquilo que mais une os portugueses, mais uma vez recordamos o 25 de abril como o dia inteiro e limpo, nas palavras da Sofia de Mello Breyner, mais uma vez evocamos as portas que abril abriu como exclamava Ary dos Santos, mais uma vez fazemos o mês de abril a voar dentro do peito para a posteridade, o poeta José Fanha. -----

--- Comemoramos o aniversário da Revolução dos Cravos como um tributo ao Movimento das Forças Armadas e a todos os portugueses que foram perseguidos pelas suas convicções na Liberdade, na Igualdade, na Justiça na Paz. -----

--- Relembramos nesta data as conquistas de Abril, da Descolonização, da Democracia e do Desenvolvimento. O acesso universal à Saúde, à Educação, à Cultura e à Habitação. Os progressos sociais e económicos, a melhoria de todos os indicadores de desenvolvimento humano. A promoção dos direitos e deveres de género, de raça e opções sexuais. Festejamos em abril a separação efetiva dos poderes dos Órgãos de Soberania, a Constituição da República



Portuguesa que assegura a Liberdade, a Democracia e a promoção de uma nação mais Justa, solidária e Igualitária nos direitos e deveres e o Poder Local democrático, como decisivo no progresso do nosso país. -----

— É incontestáveis mais de 40 anos de democracias trouxeram a Portugal, além da paz e da liberdade, inegáveis progressos materiais e benefícios significativos no acesso a serviços públicos e prestações sociais de um Estado desenvolvido. Mas não impediram a persistência nas profundas desigualdades na distribuição dos rendimentos, nem o drama do desemprego de mais de 720 mil portugueses, dos quais apenas 305 mil beneficiam de prestações de desemprego. É nestes momentos de profunda crise que vivemos, do abril de abril despido, abril que dói que fala Manuel Alegre, que faz sentido o grito indignado e a manga arregaçada para cumprir o abril, de um País com um futuro melhor para todos. Não podemos resignar e aceitar que famílias inteiras ainda vivam em Portugal em condições de indigência e indignidade humana. -----

— Não podemos transigir e consentir que a Revolução da Esperança e do sonho pelo qual tantos lutaram, sofreram e acreditaram seja, em Portugal, transformada em dor, desalento, desilusão e perda de confiança do cidadão nas instituições e nos seus representantes. É necessário outro caminho. -----

— Por abril já feito e outro por fazer. Viva o 25 de abril Viva Portugal! -----

— Senhor Presidente da Mesa gostaria ainda de colocar uma questão ao Senhor Presidente do Conselho. -----

— Muito se tem dito e escrito nos últimos meses sobre a importância da rodovia e ferrovia para o incremento da sua competitividade e desenvolvimento económico para a região. Aquilo que temos vindo a assistir é um autêntico desnorte da parte do governo. Começou por ter sido dito, pelo Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, que a ligação Viseu-Coimbra não iria ser financiada por fundos comunitários, verificamos depois que a mesma viria a fazer parte de um conjunto de investimentos inseridos no “Plano Juncker” assim como no plano de investimentos apresentados há poucos meses pelas Estradas de Portugal. Soubemos depois e há poucos dias pela boca do Senhor Primeiro-Ministro que não haveria soluções em perfil de autoestrada nem sequer outro investimento que não fosse de iniciativa privada e disse ainda mais, quando se referiu à inexistência de qualquer outra alternativa que até à data tivesse sido estudada. -----

— Quanto à ferrovia, também já todos sabemos, nada foi feito e será de certeza para o próximo governo a resolver, aquilo que não aceitamos é que passados quatro anos, não tenham o governo feito aquilo que prometeu. A questão que coloco ao Senhor Presidente do

Conselho é a seguinte, foi aprovada uma moção, por unanimidade, diga-se, neste órgão, sobre a importância da rodovia, concretamente, a ligação Viseu-Coimbra e na ferrovia, a ligação Aveiro-Vilar Formoso com especial importância no investimento a realizar na Linha da Beira Alta. Passado cerca de um ano e meio desde que foi apresentada não obtivemos qualquer informação sobre as questões aqui colocadas. Pergunto se durante este tempo, teve ou tem, alguma informação a prestar a este órgão sobre este assunto.”-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: “Os hospitais, ou centros hospitalares, são organizações complexas com uso intensivo de recursos humanos, financeiros e técnicos, com responsabilidade na prestação direta de cuidados de saúde, através de meios tecnológicos e de conhecimento aos quais se exige cumprir a sua vocação - a melhoria contínua da qualidade! -----

---O hospital do futuro não pode ignorar a prestação de cuidados de saúde através de modelos integrados na doença aguda, crónica e oncológica que vão desde a prevenção, diagnóstico, cirurgia, e, face à evidência clínica, ciclos de quimioterapia e de radioterapia em pré e pós-operatório.-----

---A implementação dos modelos integrados de cuidados e redes de prestadores privados e do sector social não podem ser equacionados à margem dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) onde se concentram o saber, os meios técnicos, tecnológicos e humanos, para corresponder às mais diferentes necessidades dos doentes. -----

---As questões da sustentabilidade do SNS não podem ser desligadas dos serviços de urgência e emergência, unidades de tratamento especializado, designadamente na área oncológica, tendo em conta os indicadores demográficos e de unidades especializadas para garantir uma boa utilização de equipamentos clínicos sofisticados, centrado na melhoria da qualidade de vida dos doentes e seus familiares.-----

---Numa visão integrada de cuidados, o doente atual não pode ser considerado um mero utilizador de serviços. Também ele requer uma organização em centros de excelência, que não passam pelo espartilhamento de meios e de equipamentos, designadamente, equipamentos médicos pesados, à margem do perfil hospitalar e de referência existente. -----

---Os tratamentos na área oncológica passam, assim, pela criação de uma rede de referência de especialidades e equipamentos médicos, assente em hospitais com elevados níveis de qualidade na prestação e de concentração de meios e tecnologias, e não se compadecem com experimentalismos neste domínio. -----

---Nos últimos dias, todos os intervenientes na área da saúde do Distrito de Viseu, designadamente esta Comunidade Intermunicipal (CIM) e as demais autarquias representantes



dos 550 mil habitantes da área de influência do Centro Hospitalar Tondela-Viseu (CHTV), foram surpreendidos com a notícia do anúncio da instalação duma Unidade de Radioterapia em Viseu numa Unidade Privada. -----

--- Uma reorganização hospitalar e de serviços, feita num espírito de eleitoralismo, não ajuda à compreensão do seu alcance, nem contribui para o debate e transparência de processos e procedimentos, quando envolve um serviço público essencial. -----

--- Por outro lado, esta intenção espelha, de novo, a marca ideológica deste governo, insistindo em esvaziar os serviços públicos, atirando, neste caso o SNS, para um quase vazio de oferta, e fazendo a promoção gratuita dos interesses dos privados na saúde, à custa dos recursos de todos nós! -----

--- É certo que todos desejamos mais e melhor para a nossa saúde, mas não podemos permitir que um dos mais elementares direitos constitucionais seja transformado em mais um negócio, a par de outros para os quais já nos atiraram. -----

--- Pode fazer-se política, mas séria, porque com a saúde não se brinca! -----

--- Continuou a sua intervenção, afirmando, que no mesmo sentido e relativamente ao mesmo tema, iria apresentar uma moção. -----

--- Considerando que: -----

--- Com o aumento da esperança de vida e com o saldo migratório, o envelhecimento da população tenderá a agravar-se, prevendo-se que, em 2020, 18,1% da população tenha 65 ou mais anos e que a população jovem (inferior a 14 anos) represente apenas 16,1%; -----

--- Este aumento da população idosa aponta-nos um cenário futuro que vai trazer um consequente aumento dos tumores malignos do colon e reto, estômago, traqueia, brônquios, pulmão, e próstata (os principais na ARS Centro); -----

--- A Radio oncologia e a Medicina Nuclear aparecem ligadas à atividade de especialidades médicas e cirúrgicas como sejam, entre outras: Oncologia, Cardiologia, Ortopedia, Ginecologia, Neurocirurgia, Dermatologia, Gastroenterologia, Pneumologia, Neurologia, etc. -----

--- As técnicas de Radioterapia acompanham a evolução da imagem médica e das ferramentas de cálculo, incorporando a prática médica diária. -----

--- Os Serviços de Radio oncologia são estruturas altamente sensíveis à inovação científica, com equipamentos médicos pesados e recursos humanos adequados. -----

--- A apropriada terapêutica dos doentes oncológicos pressupõe que os Serviços de Radio oncologia estejam integrados em Unidades Hospitalares, dotadas dum amplo leque de valências médicas, cirúrgicas e laboratoriais, capazes de responder aos desafios colocados pela doença oncológica e de garantir a adequada cobertura populacional e distribuição geográfica. -

--- Considerando ainda que,-----

--- 1 - A Portaria nº82/2014, de 10 de Abril, estabelece os critérios para categorizar os serviços e estabelecimentos de saúde, reclassificar os hospitais públicos e explicitar a sua diferenciação técnica.-----

--- Os hospitais do Grupo II, entre os quais, o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, passam obrigatoriamente a ter as valências médicas e cirúrgicas do Grupo I (entre 75 e 500 mil habitantes), acrescidas de oftalmologia, pneumologia, cardiologia, reumatologia, gastroenterologia, nefrologia, hematologia clínica, infeciologia, oncologia médica, neonatologia, imunoalergologia, ginecologia/obstetrícia, dermatovenerologia, otorrinolaringologia, urologia, cirurgia vascular, neurocirurgia, anatomia patológica, medicina nuclear e neurorradiologia.-----

--- 2 - Um parecer da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) aponta o Centro Hospitalar de Tondela-Viseu como preferencial para a instalação de uma Unidade de Radioterapia, nesta Região.-----

--- 3 - A instalação de um equipamento médico pesado num estabelecimento de saúde, como é o caso da Radioterapia, deve ser coerente com a respetiva diferenciação técnica, obedecer a critérios exigentes de qualidade e assentar na garantia de existência de todos os recursos técnicos e humanos que permitam o seu integral aproveitamento.-----

--- Assim,-----

--- A Assembleia Intermunicipal da Comunidade Viseu Dão Lafões, reunida em sessão ordinária, solicita ao Governo e ao Ministro da Saúde que esclareçam:-----

--- 1 – Qual a verdadeira razão do anúncio da instalação do serviço de Radioterapia numa Unidade Privada de Viseu, e para quando o seu início de funcionamento?-----

--- 2 – Qual é essa Unidade e quais os critérios que estiveram na base dessa decisão?-----

--- 3 – O que leva o Governo, e concretamente o Ministério da Saúde, a contrariar a legislação aprovada por este mesmo Governo?-----

--- 4 – Porque é que o governo não cumpre o que legislou?-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente do Conselho, Secretário Executivo, Senhor Presidente da Câmara, pronto temos aqui mais uma moção com um grau um bocado de extemporâneo.-----

--- Vou explicar porque é extemporâneo.-----

--- Começaria talvez por uma história, uma história de 2005, finais de 2004, o então Ministro de Saúde despachou a criação do Centro Oncológico de Viseu, nomeadamente com Radioterapia e Medicina Nuclear, o Conselho de Administração na altura e Ministro de Saúde



que seguiu, entenderam e está escrito, que não era prioritário e o que o Centro Hospitalar tinha como prioritário era a informatização e por isso, estabeleceram informatizar o Centro Hospitalar de Tondela/Viseu.-----

— Pois passaram alguns anos, muitos anos e a seguir a esses anos todos, tinham um projeto na fase final que era, Senhor Deputado talvez não se acredite, era algo similar ao existente em Évora, uma parceria pública ou privada, era esse o projeto que estava encima da mesa pelo então Centro Oncológico e que ainda enviaram, já na sua fase final, para a Secretaria de Estado, era essa a proposta.-----

---O que temos aqui e penso que já foi esclarecido esse aspeto, que toda gente mantem e acredite que o PSD, o Governo e penso que todos mantemos a definição que é muito importante haver um Centro Oncológico no Centro Hospitalar de Tondela/Viseu, é até no seu nível de diferenciação técnica, é obvio se queremos um hospital central, nós temos que ter sempre, cada vez mais e melhor para o nosso centro hospitalar, por isso o haver um centro oncológico público mantem-se como um desafio e do interesse, quer do concelho da administração do hospital quer de todos nós.-----

---Já houve resposta, já houve até pedidos neste âmbito e fomos esclarecidos que não havia, neste momento, questões do âmbito financeiro, não permitiam este desbocamento desta situação e o que foi dito e isto foi esclarecido, é que é importante haver um Centro Oncológico e se os privados, vamos aqui com uma situação e não vamos aqui, diabolizar os privados e o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, talvez foi a única pessoa que se referiu a isso, disse que se um privado, o estado que interessa ter uma resposta no âmbito da radioterapia porque no âmbito da medicina nuclear, o Senhor Deputado, talvez não saiba, já há resposta também, no convencionado em Viseu, já um privado convencionado com o estado que dá resposta em Viseu no âmbito da medicina nuclear e por isso, aquilo que falta é a radioterapia e o que ninguém colocou, privatizar nada, o que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara e esclareceu, seja público seja privada, o que eu quero é como qualquer autarca quer, o melhor para os seus municípios e quer uma resposta neste âmbito foi isso que ele disse, mas a resposta é sempre convencionada, sem custos para os utentes e isto ele esclareceu bem.-----

--- Sem custos para os utentes.-----

--- Uma resposta no âmbito da convenção, da medicina convencionada, como qualquer laboratório, hoje até o Senhor Deputado, vai a Santa Comba Dão, está lá um grande centro de radiologia e, é convencionado.-----

— Faz parte do sistema de saúde, uma coisa é Serviço Nacional de Saúde, outra é o Sistema de Saúde, o serviço convencionado está inserido no Sistema de Saúde, fazem parte integrante do

Sistema de Saúde Nacional, e depois temos o Serviço Nacional de Saúde que todos defendemos a resposta pública mas a outra é a resposta privada e complementar e faz parte integrante dessa resposta. -----

--- Por isso, aqui o que está em causa é somente isto, é termos uma situação de resposta neste âmbito, a defesa de haver um Centro Oncológico estamos todos de acordo no centro hospitalar, agora se houver entretanto, um convencionado quiser dar uma resposta em Viseu para o bem dos utentes é bem-vindo. -----

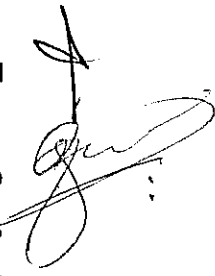
--- É isto que está aqui em causa, não está em causa a não defesa do centro oncológico e da diferenciação técnica do centro hospitalar.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Henriques, cuja intervenção se transcreve: “ Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Senhor Secretário Executivo, caríssimos colegas Deputados, excelentíssimo público, bem-vindos a Mangualde, também sou de Mangualde e é com toda a alegria que vos vejo aqui. -----

--- Relativamente a esta moção apresentada aqui, eu queria congratular o autor da moção e julgo que será muito que nos une em torno desta moção do que aquilo que nos separa, porque o que nos une é saber que 41 anos depois do 25 de abril, é indubitável as melhorias que existiram na qualidade de vida dos cidadãos porque existe um Serviço Nacional de Saúde, esse Serviço Nacional de Saúde faz parte de uma estrutura mais ampla, será o tal Sistema Nacional de Saúde onde existe uma componente também privada, agora há uma coisa que é importante reter, até porque é conveniente à medida que se aproxima um novo ciclo eleitoral, separar águas, há aqueles que defendem o Sistema Nacional de Saúde em detrimento do Serviço Nacional de Saúde, e há aqueles que defendem o Serviço Nacional de Saúde com preponderância dentro do Sistema Nacional de Saúde. -----

--- Significa isto, como biblicamente se dizia, a César o que é de César, a Deus o que é de Deus, e se em Viseu já existisse um sistema com tratamento oncológico público, eu seria o primeiro subscritor para qualquer privado pudesse intervir de igual maneira, agora não existindo um sistema público, é obvio o que se quererá fazer com a aplicação de um privilégio a um sistema privado. -----

--- O que se trata aqui, é exatamente aquilo que nos distinguirá de outras regiões, o que é que nós queremos para a nossa região, queremos uma região com qualidade de vida, queremos uma região atrativa e sendo as questões de saúde e até do turismo de saúde, fundamentais para criar qualidade de vida e economia de escala, então temos que ter uma aposta séria no fortalecimento de uma das mais-valias que esta região tem, que é o seu Centro Hospitalar



Tondela/Viseu e a nossa luta deverá ser para que se garanta a existência de serviço público tão abrangente quanto possível, do ponto de vista técnico de prestação de serviços nos equipamentos disponibilizados e é esta a diferença que poderá pôr aqui entre o PSD, PS e os outros que poderão ser. -----

--- É que o Partido Socialista quer que seja garantida a possibilidade de todos os cidadãos terem acesso a esses tratamentos e isso só o é, como todos sabemos, garantindo com o Serviço Nacional de Saúde, é que confundir o Sistema Nacional de Saúde com Serviço Nacional de Saúde, é exatamente a mesma confusão que se quer fazer com a abertura à privatização dos setores das águas, que se quer fazer com a concessão dos correios e entidades privadas e é tudo o que é desmantelamento da posição do Estado como garante acesso igual em todas regiões. -----

--- Meus caros amigos se não chega o que já vimos acontecer nas outras regiões que previnamos que aconteça na nossa, nós não aceitamos ser discriminados face ao litoral e se no litoral há entidades públicas que prestam serviços de radio-oncologia, Viseu tem todo o direito e nós temos o dever de lutar para que haja primeiro um serviço público, depois desse serviço público garantido, que haja um serviço privado, com certeza, todos nós temos o direito de poder de escolher mas temos que ter todos o poder de escolher, não são aqueles por necessidades económicas da vária ordem poderão ser incapacitados de escolher. -----

--- Não é a velha lógica marxista, é sobretudo perceber os erros que nos afundaram no interior e nós somos uma região que não sendo totalmente interior, é uma zona de transição, somos uma CIM de transição, mas temos uma grande parte de interior e olhar para as outras regiões que se viram completamente depauperadas e queremos dizer, que preferimos concessionar a privada de um direito, eu devoto que possamos defender o dever de defender os direitos dos cidadãos que todos representamos e que só não representamos por terem benefícios com essas concessões privadas." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: "Bem, eu penso que o João Tiago já foi bastante claro que ia dizer e agradeço-lhe por isso. ---

--- Eu só conheço o Deputado Mota Faria e aquilo que o Senhor Presidente da Câmara de Viseu diz é relativamente correto, o que é importante é que venha, e eu também acho que sim, é melhor isto do que nada. -----

--- Agora eu quis fazer quando fiz esta moção, fiz uma intervenção separada e entreguei papéis separados para tirar a carga ideológica à moção e foi isso que eu fiz. -----

--- Acho que na moção não tem nenhuma carga ideológica, tem apenas conceitos que acho que são justos, agora se queremos efetivamente esvaziar, para sermos claros, o Serviço

Nacional de Saúde, que assumam isto, o que está a acontecer, é precisamente o esvaziar do Serviço Nacional de Saúde num recurso para pobres e habituar todas as pessoas a que tenham serviços com qualidade que podem ter nos Serviços Nacional de Saúde e que as pessoas querem efetivamente transferi-lo para os privados. -----

--- Deixe-me só dizer que se em 2005, o então Ministro, disse que a prioridade do Centro Hospitalar de Tondela/Viseu era a informatização, já lá vão dez anos e penso que se tiver isso, agora partimos para outra. A Informatização, já passaram dez anos, portanto se ainda não fizeram, esse sistema informático já estava bastante desatualizado também. -----

--- Portanto, era apenas isto efetivamente, não há custos para os utentes, mas há custos para todos cidadãos e esta decisão pode acrescer estes custos a todos os cidadãos é isto o que é preocupante.” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve:” O debate está feito, o Deputado Mota Faria pede a palavra para que efeito? Deputado Mota Faria, a discussão está feita, vamos ler a moção, depois os grupos e os deputados votarão em conformidade com as suas consciências. -----

--- A moção, não sei o Senhor Deputado tem alguma preferência na sua leitura, se quer a leitura integral ou se só quer a parte resolutive? -----

--- A parte resolutive. -----

--- Vou pedir ao Dr. Alberto Ascensão que a leia.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário da Mesa, alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: “A Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões reunida em sessão ordinária, solicita ao Governo e ao Ministro da Saúde que esclareçam:-----

--- 1 – Qual a verdadeira razão do anúncio da instalação do serviço de Radioterapia numa Unidade Privada de Viseu, e para quando o seu início de funcionamento? -----

--- 2 – Qual é essa Unidade e quais os critérios que estiveram na base desta decisão?-----

--- 3 – O que leva o Governo, e concretamente o Ministério da Saúde, a contrariar a legislação aprovada por esse mesmo Governo? -----

--- 4 – Exigir do Governo que cumpra o que legislou? -----

--- É este o texto integral.” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve:” Esta moção tem quatro pontos e vamos passar de imediato. Eu peço desculpa, Deputado Telmo Antunes, qual é o motivo da sua intervenção? ---

--- Senhor Deputado Telmo Antunes, isto é uma moção, vamos passar a votação, com todo o respeito, vamos passar à votação da moção. -----



--- Se é um requerimento que quer fazer, faça o requerimento oral, e diga qual é o sentido do requerimento.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, não vou entrar na discussão da moção propriamente dita. A minha questão começa apenas com a interpretação do documento, de ponto de vista da forma, se é uma moção ou se é um requerimento através da mesa, ou seja: quando se questiona o Governo sobre determinada matéria, está a fazer-se um requerimento ao Governo sobre determinada matéria. Uma moção deve ser conclusiva, no sentido da Assembleia Intermunicipal entender que no Distrito de Viseu, deve haver um serviço oncológico público. Isto é uma moção. Quando se pergunta ao Governo de determinada matéria, é um requerimento. Não vou discutir o teor da moção conforme disse, é apenas do ponto de vista formal e é esta a minha interpretação do regimento e dos regimentos das Assembleias em que participei. Portanto se o Senhor Deputado pensa que deve fazer um requerimento ao Governo através da mesa, deverá fazê-lo. Esta moção não é conclusiva.” -----

--- Portanto pode ser um voto de pesar, pode ser uma congratulação, pode ser um conjunto de situações mas deve ser conclusiva, que não é, é apenas um conjunto de questões. -----

--- Esta é a minha dúvida relativamente a esta matéria. Muito obrigado, Senhor Presidente.” --

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigada Deputado Telmo Antunes. Nós não vamos entrar mais num período de discussão, o texto entrou na mesa, tinha a epígrafe: Moção, e portanto não cabe à mesa estar a fazer agora interpretações nessa matéria. -----

--- O Deputado Telmo Antunes não remeteu para a Assembleia, na sua interpretação nenhum pedido de votação. -----

--- A Mesa entende-a como moção, ela está em epígrafe como moção por isso será votada como moção.” -----

--- Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido reprovada com vinte e cinco votos contra, duas abstenções e vinte votos a favor. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, para fazer uma declaração de voto, cujo teor se transcreve: “Votei e o grupo do PSD votou contra, por uma razão que passamos a expor. -----

--- Primeiro, foi feito aqui uma confusão ideológica entre Sistema Nacional de Saúde e Serviço Nacional de Saúde, o que nós defendemos todos e o PSD defende é o Serviço Nacional de Saúde público, foi feita uma confusão ideológica. -----

--- Segundo, durante seis anos um Governo do Partido Socialista teve a hipótese de colocar em Viseu, um Centro Oncológico e não o fez, em terceiro, o PSD defende o Centro Oncológico público no Hospital, sempre defendemos, sempre votamos por unanimidade, esta criação de um Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela/Viseu. -----

--- É óbvio que não podemos e não temos nada contra a medicina convencionada no país, onde muitos representantes e expoentes até do Partido Socialista têm defendido, a medicina convencionada como grande complemento do Serviço Nacional de Saúde e potencialização do próprio Serviço Nacional de Saúde e, por isso, neste âmbito dizemos que, defendendo a diferenciação técnica e científica do Hospital de Viseu como hospital central com o seu Centro Oncológico, nada temos a opor que eventualmente qualquer privado se queira localizar em Viseu, fazendo em termos convencionados também têm um complemento a tudo que já existe, nomeadamente à medicina nuclear em Viseu.” -----

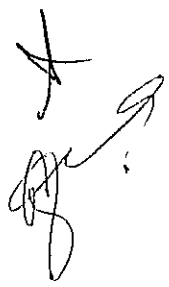
--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sobral Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa noite, em primeiro lugar cumprimentar a mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os membros da Assembleia Intermunicipal, as pessoas que estão presentes e a imprensa. -----

--- Começarei a minha intervenção com um reparo a Convocatória efetuada na mesa da Assembleia Geral. -----

--- O ponto 1, coloca a aprovação da ata e limitar-me-ei a ler o art.º 40 do regimento que diz “o período antes da ordem do dia é destinado a: alínea a) apreciação e votação das atas”, fiquei surpreendido o porquê de não ser votado em primeiro lugar as atas, é um pormenor mas acho que na próxima, a mesa deverá reformular a convocatória da Assembleia para respeitar o nosso regimento. -----

--- Deixar também, dar as boas vindas a esta terra, primamo-nos e tentamos receber bem, sejam bem-vindos e que nos visitem mais vezes. Como é óbvio, estando aqui o meu Presidente da Câmara e estando a receber quem vem de fora, não comentarei as palavras do Deputado Marco Almeida, porque eu acho que os elogios ou as críticas devem ser restritas para a próxima Assembleia Municipal, no dia 30 o Presidente da Câmara terá resposta, acho que aqui com estes convidados não me ficaria bem, estar aqui a criticar o Presidente da Câmara. -----

--- Relativamente às questões que vou colocar aqui ao Senhor Presidente, ao nosso Presidente, a primeira questão que eu iria colocar é relativamente à Rede de Modernização Administrativa, foi algo que esta CIM definiu que foi a desmaterialização de todos os processos a nível de obras, a nível de ambiente, a nível de processo de contraordenação nos catorze municípios e eu gostaria de saber qual é o estado desta desmaterialização sabendo eu, que no município onde estou, se tiver que consultar um processo de contraordenação ainda não



consgo consultar e gostaria de saber se há alguma previsão para a implementação efetiva da desmaterialização dos processos dos municípios e qual é o estado de desenvolvimento a relativamente a cada um deles.-----

---Depois iria colocar aqui também a questão relativamente a atual situação da contratualização do QREN, está em fase final, está a terminar o período do QREN, estão a terminar os períodos de investimento, todos nós sabemos que a CIM tem tido um bom desempenho nisto, mas a questão que eu colocaria se me pudesse responder era saber qual é o nível de execução por concelho porque pelos dados que nos são transmitidos, foi referida uma verba de 77 milhões com a execução de 71 milhões, o que gostaria de saber quais são os concelhos onde houve um menor execução e depois também gostaria de saber qual era a divisão de verbas por concelho para ver se nesta divisão de verbas, para termos uma ideia, se a coesão territorial também se consegue através destas verbas e só com a distribuição entre os concelhos é que nós poderemos ter uma noção disso, como é óbvio se não for possível responder a todas estas questões, gostaria que oportunamente me fizesse chegar um documento onde estivessem estas verbas discriminadas por concelho.-----

--- Depois também relativamente ao Plano Viseu Dão Lafões 2020, foi definido um plano de intervenção com um vetor aprimorado quer ao plano da água, a água em todo o ciclo hidrológico foi entendido que este plano da água no ciclo hidrológico era mais que a água em si, como não podia deixar de ser, abranger também a economia verde, abranger também o ambiente e quando se fala nisto, estamos a falar de algo que é particularmente importante para muitos dos concelhos que aqui estão, que é as verbas destinadas para o saneamento básico e para as ETAR's.-----

--- Gostaria de saber se no próximo Quadro Comunitário estão previstas nas negociações que estão a encestar, se estão previstas verbas significativas, já foram anunciadas aliás ETAR's publicamente, quer no concelho de Mangualde quer no concelho de Nelas quer no conselho de Santa Comba Dão, gostaria de saber qual é o ponto de situação desta contratualização e sabendo nós que dentro do plano de ação foi claramente apontado, e aí terei que falar do meu concelho, como Mangualde como um dos concelhos com maior atraso nessa área porque foi o único dos dois que foram apontados com problemas a nível de ETAR's e problemas a nível de saneamento básico e quando se celebram os quarenta e um anos de abril e quando se fala nisso é também o desenvolvimento.-----

--- Quando vejo o meu concelho freguesias que não têm saneamento básico, acho que é altura, também através da CIM, de tentarmos resolver este atraso do concelho de Mangualde

e ultrapassar algo que vem há quarenta anos e vem de todos que nos precederam na gestão do município de Mangualde. -----

--- Também colocaria a questão das candidaturas ao Desenvolvimento Local e Coesão Social e Territorial, as notícias da imprensa que nos vêm sido transmitidas, é no sentido que tem havido uma taxa de aprovação relativamente reduzida das candidaturas apresentadas, falo a nível nacional falam numa taxa de 43 %, é um valor relativamente baixo. Gostaria de saber qual é a situação em concreto da CIM Viseu Dão Lafões, qual é a taxa de aprovação, quais são os projetos relevantes nesta área. -----

--- Depois era uma última questão, para não me alongar mais, é a situação do Programa Aproximar, é um programa piloto que foi celebrado com a CIM, é um programa relevante no desenvolvimento dos concelhos e para a proximidade e mobilidade, não para as grandes cidades mas para os concelhos mais do interior, quando há populações e aldeias que têm dificuldades de transportes, quando não têm transporte público, quando é criado serviços de porta-a-porta, que é um transporte combinado e de acordo com as necessidades do cidadão, também com as Carrinhas do Cidadão e a proximidade dos serviços municipais e também tem a ver com a organização dos serviços da administração local, gostaria de saber qual é o ponto de situação deste programa de negociação da CIM com a administração central, se este já está em fase avançada e é isso que conta mais, qual o ponto de situação relativamente a implementação em cada um dos concelhos da CIM, porque todos nós sabemos que este programa depois depende da vontade dos municípios, da adesão dos municípios, gostaria que fosse feita um ponto de situação relativamente aos concelhos, quais é que têm a disponibilidade para aderir e qual é o ponto de situação relativamente a cada um deles. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado Senhor Deputado José Sobral Abrantes. Vamos prosseguir, agradeço-lhe a nota que deu sobre a questão da convocatória, um lapso que a mesa assume, que eu próprio assumo, de facto deveria ser o ponto 1 do período antes da ordem do dia, devia ser a aprovação da ata." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: "Boa tarde a todos, meus cumprimentos a mesa, meus cumprimentos também ao Senhor Presidente do Conselho, Senhor Presidente da Câmara, obrigada pela sua hospitalidade. -----

--- A minha intervenção é no sentido, até desta última intervenção final, que o Deputado nos deu, relativamente ao Programa Aproximar, o que de facto também queria saber em que ponto é que estamos nessa negociação, ou nessa colaboração porque sendo que está prevista



a atribuição de financiamento proveniente dos fundos da União Europeia, designadamente no Quadro do Programa Portugal 2020. -----

— A minha pergunta é e depois?-----

---O que é que vamos fazer depois do Portugal 2020 porque isto de estarmos a trabalhar com o dinheiro dos outros é muito fácil por isso é importante sabermos quem é que à partir de 2020 vai pagar este Programa Aproximar. -----

— Perguntar também, como diz no tal acordo, diz que é prioridade do Governo racionalizar e reorganizar serviços públicos colaborando com os municípios de modo a concentrar serviços públicos. -----

— Também gostava de saber em que se reveste esta colaboração, se será uma simples anuência àquilo que o Governo quer, nós sabemos que já houve membros do Governo a contactar e ir aos municípios para ver o que é necessário fazer ou não, o que temos que fechar ou o que temos que concentrar, temos que saber até que ponto esta colaboração e o que vai ser a seguir porque saber se o futuro será a municipalização destes serviços, se vamos concentrar serviços para depois a Câmara pagar, se vamos concentrar serviços para o Estado fazer o que é o seu dever e para o qual nós pagamos impostos que é prestar esses serviços às populações e não os municípios. -----

— E se for se municipalizar, isto na onda daquilo que já temos visto, como por exemplo, na educação que se quer municipalizar a educação e o meu medo é que se queira também municipalizar, neste sentido, e no fundo leva-nos a que seja os municípios novamente a entrar em ação, a pagar aquilo que deve ser o Estado a pagar porque se queremos ter atribuições e competências para as autarquias, tem que necessariamente começar a haver o correspondente envelope financeiro, sendo que é inegável as autarquias gerem sempre melhor que o Estado e isso é algo que já está estudado, está provado que as autarquias gerem sempre melhor do que o Estado mas para isso é preciso ter o dinheiro dos nossos impostos também, para o gerimos melhor do que quem está em Lisboa.” -----

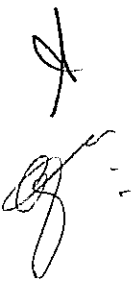
— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, hoje o nosso anfitrião, um cumprimento particular dirigido a si e na sua pessoa, a todos os mangualdenses, que nos recebem aqui; Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal; Senhor Presidente da CIM Viseu Dão Lafões; Senhor Secretário Executivo; caros membros desta Assembleia Intermunicipal e comunicação social. -----

— Foi discutido por esta Assembleia Intermunicipal o Plano Estratégico da CIM Viseu Dão Lafões para os próximos anos, ajustado ao Programa Horizonte 2020. Ocorreram várias

intervenções de membros desta Assembleia, de todos os grupos parlamentares, cujos conteúdos apresentavam uma grande importância e relevância para a melhoria dos documentos estratégicos apresentados. Cheguei a enviar um e-mail para a CIM, para juntar alguns contributos adicionais ao que havia referido já na Assembleia Intermunicipal da CIM. Fui com a convicção de que estaria a ajudar a construir um documento melhor, em que todos nos revíssemos. Certamente foi essa a intenção de todos os colegas membros desta Assembleia, quando se pronunciaram criticamente sobre alguns pontos do Relatório Estratégico, por isso pergunto: Será que o documento final aceitou esses contributos? Será que a Assembleia Intermunicipal foi importante neste processo? Será que a audição da Assembleia Intermunicipal, enquanto legalmente obrigatória, não foi uma mera formalidade sem qualquer importância? Enviei por escrito os meus contributos, doze contributos, referências além daquelas que já havia feito e verifiquei com desagrado que nem os erros básicos lá contidos foram corrigidos. Vou referir apenas um dos muitos exemplos da falta de rigor e direi mesmo desconsideração pelos nossos contributos. Colocar a expansão da ZIM de Nandufe, concelho de Tondela, no plano de ação na página 43, quando não há nenhuma ZIM, diz bem do rigor e do cuidado com que foi feita este documento. -----

--- E a propósito, os Senhores Presidentes de Câmara não leram os relatórios e os componentes relativos aos seus territórios? Não sei quanto foi pago exatamente por este estudo, mas para avaliar se o mesmo é caro ou barato, dependerá da sua utilidade. O acompanhamento da execução das medidas e das suas propostas, nos documentos, é feita pelo Conselho de Gestão da Parceria e será acompanhada diretamente por oito elementos, um dos quais, o Senhor Presidente da CIM Viseu Dão Lafões. Por isso pergunto: Qual a composição desse grupo de acompanhamento? Sei que esta está definida em termos legais, mas gostaria de saber quem são as pessoas, e gostaria também de deixar a seguinte questão: Porque é que o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal e outras pessoas da Assembleia Intermunicipal, nomeadamente algumas pessoas que deram contributos muito positivos e que têm experiência em termos de vida empresarial e associativa, não pertencem a esse grupo de acompanhamento? Penso que houve contributos que vieram da bancada do PSD e que foram muito positivos e acho que seria importante pertencerem também a este grupo de acompanhamento e análise para que isto tenha realmente algum efeito. -----

--- Gostaria também, e já foi aqui referenciada, de colocar uma questão dos investimentos estratégicos no território Viseu Dão Lafões. Têm sido notórias as divergências públicas entre autarcas da nossa região, relativamente a alguns investimentos estratégicos para a região como a conclusão da A24 entre Viseu – Coimbra e o IC12 ou a ligação ferroviária a Viseu.



Louvo a esse propósito a atitude do Dr. Almeida Henriques que não se cansa de defender a ligação por autoestrada entre Viseu e Coimbra com comparticipação de fundos comunitários, com certeza, pois se estamos à espera dos privados para fazerem essa auto-estrada, apenas com os seus meios, bem podemos ficar sentados. Não compreendo porque em alguns casos apoíamos os investimentos privados, quer com apoios diretos quer através de benefícios fiscais, lembro-me assim de repente, do caso da Qimonda que recebeu imensos fundos e depois foi embora. E Qimondas há muitos por este país fora, e nos outros casos entregamos aos privados a decisão. Como disse um autarca da nossa região, que por simpatia não vou aqui referir, mas dizia que a construção da ligação da autoestrada Viseu – Coimbra, se possível, deverá ser feita por privados. O CDS-PP nesta Assembleia não concorda com esta atitude, apesar do Ministro da Economia delegar no Secretário de Estado dos Transportes este assunto, o CDS-PP não se calará com este assunto, e continuará a reivindicar esta obra estruturante para a nossa região. Continua a ser uma obra importante e estruturante e por isso votamos uma moção de estratégia a defender esta obra nesta Assembleia Intermunicipal e para isso, basta ver que na rede regional de conetividade rodoviária no ponto 5.2 página 67, o indicador de realização deste objetivo estratégico são 10 km, 10 km não chega de Viseu a Sabugosa, não chega a Tondela e portanto, preocupa-me que o indicador de sucesso deste objetivo estratégico seja fazer 10 km desta via. Isto a meu ver não reflete o que é necessário e não me revejo naquilo que são as métricas aí indicadas. -----

--- Sobre a ligação ferroviária Aveiro – Salamanca, aí sim, temos que ter algum cuidado. A dimensão do investimento, e a complementaridade com outras alternativas obriga a uma ponderação mais cuidada e no Plano Estratégico no ponto 5.3- Plataformas Ferroviárias- nada se diz em concreto, e aí acho muito bem.-----

--- Não sei se li bem na comunicação social regional mas parece que havia uns autarcas a pedir uma nova ligação ferroviária entre Santa Comba Dão e Viseu, ao lado da atual ecopista. Li mal de certeza. Recuperar a Linha do Dão, fechada em 1988 por ser deficitária, não me parece ideia de autarca responsável. Então fui ler novamente e dizia o Presidente da Câmara de Tondela e passo a citar exatamente a frase que está no Jornal do Centro de 29 de março, passo aqui a publicidade. O autarca de Tondela afirmou que: "Apoiaremos uma solução deste tipo porque está de acordo com a estratégia de mobilidade e acessibilidades transeuropeias delineada e decidida por Bruxelas". Se o Presidente da Câmara de Tondela apoia esta ideia, é um problema dele. Mas o CDS-PP nesta Assembleia não o apoiará com certeza, mini-TGV's não obrigado. Vindo de um dirigente nacional do PSD é muito grave, e espero que não apareça num manifesto eleitoral do programa de coligação agora concretizada. -----

--- Finalmente para terminar, pois já vai longa a minha intervenção, gostaria de saber qual é o ponto de situação dos projetos enquadrados no Plano Estratégico relativos a cada concelho, se está muito adiantado ou se está atrasado o processo e se há decisões concretas em relação a alguns projetos. Isto porque vou ter que colocar essa questão ao Presidente da mesa em relação a alguns projetos de Tondela pois o CDS-PP considera-os relevantes para o concelho e determinantes para competitividade regional e portanto, gostaria de saber como está o ponto de situação porque as respostas que temos é que as coisas ainda estão todas em discussão. Ora como já vamos a meio do ano de 2015, gostaria de saber o ponto de situação.”-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM, excelentíssima mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente da CIM, Dr. José Morgado, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, caras e caros Deputados, Senhor Secretário da CIM, comunicação social. -----

— A minha intervenção hoje aqui, gostaria que ela fosse assim entendida, quer pelo Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal CIM quer pelo Senhor Presidente da CIM, visa dar algum contributo para que esta Assembleia, sobretudo a CIM, possa ser mais produtiva do ponto de vista das nossas intervenções e das nossas participações, gostava só como um ponto prévio, é sabido, aliás já o tenho escrito como outras pessoas, que não tenho grande simpatia política sobre o papel das comunidades intermunicipais, eu diria até não tenho simpatia nenhuma, sou um defensor da regionalização e como defensor da regionalização, quando vim como Deputado, digamos, para esta Assembleia, o meu preconceito já era grande mas com o desenrolar dos trabalhos, a ideia com que fico é que a minha desilusão é maior ainda e, portanto, se acreditava na regionalização, acredito ainda mais agora, não precisava aliás de vir para aqui para isso. Sobre a regionalização, gostava de dizer o seguinte: fala-se muito que a regionalização é cara, a meu ver isto é um erro, dado que nunca ninguém fez as contas sobre o que é que custa ao país o facto de ela não se fazer. Não podemos, obviamente, fazer este exercício. Mas por que é que estou a dizer isto, sendo eu defensor da regionalização, de um ponto de vista cínico até podia não contribuir para melhorar nada na CIM, porque até seria uma boa forma de a roer por dentro, ou seja, contribuindo para que ela não servisse realmente para nada. Mas não é esse o meu comportamento, não tenho esse pensamento cínico e já que estou aqui continuarei a dizer que as comunidades intermunicipais são uma solução errada para o desenvolvimento, quer regional quer do país, mas de qualquer maneira já que estamos aqui gostava de dar um pequeno contributo, que é só pequeno mas poderia de algum modo mudar alguma coisa. Ou seja, eu não posso deixar de dizer o seguinte, até indo ao



encontro da intervenção que foi aqui feita pelo Senhor Deputado que me antecedeu. Tenho a ideia muitas vezes que estou aqui, que aquilo que aqui se debate, aquilo que aqui se diz, aquilo que todos nós vimos aqui fazer, não tem absolutamente repercussão alguma, não repercussão na comunicação social o que também é grave, isso é um problema, não tem repercussão do ponto de vista do executivo da CIM, problema de governança, não é um problema pessoal. Já disse aqui que os grandes problemas da CIM são ao nível da governança, ou seja, o Senhor Presidente da CIM tem falta de legitimidade política, por não resultar do voto direto, para poder exercer o cargo e até disponibilidade para o poder exercer em nome da região e portanto o meu contributo seria, tendo em conta estas dificuldades e estes condicionalismos, proponho o seguinte: de agora em diante, as convocatórias, e não precisamos de mudar nada no regimento, devem contemplar um ponto de informações. Nesse ponto de informações seria interessante, dado que esta Assembleia reúne com um espaço temporal tão grande, que o Senhor Presidente da CIM nesse ponto desse informações, politicamente relevantes, de decisões que sejam aqui tomadas, ou que não tenham sido tomadas ou outras que estão as ser tomadas. Não precisamos de inventar nada, é seguir o exemplo daquilo que os Senhores Presidentes da Câmara em cada um dos seus municípios, fazem, enviando para cada um dos seus deputados com a antecedência que deve ser, toda informação politicamente relevante para depois aqui no primeiro ponto de ordem do dia, as informações que nós pudéssemos analisar politicamente aquilo que é feito pela CIM porque meio ano cinco meses é muito tempo portanto isto talvez trouxesse uma metodologia interessante. Eu sei que isto irá dar algum trabalho ao Senhor Presidente da CIM, sem dúvida alguma, tendo em conta o espaço temporal vai levar a que seja feita uma reflexão daquilo que é relevante portanto não pode ser uma informação extensa, tem que ser aquilo que é relevante porque a sensação que muitas vezes tenho é que, como o Senhor Deputado aqui disse, há contributos, há discussão, divertimo-nos aqui um pouco, digamos, a aguçar a retórica que às vezes é uma retórica que já trazemos das próprias assembleias municipais, cada um por si, e depois de relevante não sai nada. Qualquer um de nós, quando se desloca aqui vem com o entusiasmo de poder contribuir, dentro das limitações, que digo já, são as comunidades intermunicipais que são muitas, quanto à sua legitimidade, quanto à sua forma de, obviamente, mudar, quanto até a sua metodologia e portanto penso, este pode ser um ponto importante se tivermos essa informação antes, se pudermos discutir aqui essa informação e se pudermos questionar aqui aquilo que foi feito. Portanto, há aqui muita coisa que pode melhorar e acho que nós podemos tornar esta Assembleia politicamente relevante e não às vezes uma pequena farsa, pequena comédia que nós aqui encenamos e depois jantamos e ficamos todos amigos, como somos,

mas isso não me entusiasma muito porque todos temos muito para fazer, portanto ficamos muitas vezes com a sensação de que aquilo que aqui se decide, eu podia dar muitos exemplos, mas não vou saturar as pessoas com isso, mas todos sabem o que estou a dizer e com isto também quero dizer que não é nenhum remoque nem ao Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, por quem tenho obviamente estima e consideração, muito menos para o Senhor Dr. José Morgado, por quem também tenho estima e consideração, porque sei quais os condicionalismos e limitações que um órgão como este tem. Mas eu achava que por exemplo, um trabalho muito interessante por parte do Senhor Secretário da CIM seria o de, nesse intervalo, reunir a informação que considerasse relevante sobre a qual o Senhor Presidente da CIM decidiria politicamente o que era relevante e trazia aqui a esta Assembleia. Muito obrigado, não queria ultrapassar o tempo mas era apenas um pequeno contributo se é que estão de acordo com ele.” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve:” Muito obrigada Senhor Deputado António Amaro. Portanto a sugestão será tida em consideração, a mesa com certeza fazer aquilo que deve, falará com os líderes parlamentares dos três partidos e com o Presidente da CIM e na próxima convocatória poderemos então, depois de essa discussão ser feita, decidir em sentido diverso.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Antes da intervenção, até porque a intervenção que vou fazer, é a título pessoal, só duas coisas, dispensando os cumprimentos para aligeirar duas notas só. -----

--- Primeiro, estamos inteiramente de acordo e desde já, a mesa fica com essa nota, estamos inteiramente com a intervenção do membro desta Assembleia, o Rafael Amaro, totalmente de acordo, sou, também, um adepto da autonomia regional por isso embora num modelo consensual e referendado mas inteiramente de acordo. -----

--- Outra nota, tem a ver com uma situação que foi aqui e temos que ser claros em relação a uma situação. -----

--- Nunca defendemos municipalizações nem da educação nem da saúde, nem do social e por isso é preciso às vezes também termos algum cuidado com as terminologias do que está aqui em causa, são delegações de competências dos municípios, são projetos-piloto, são contratualizações, são adesões voluntárias dos municípios, e até da própria CIM que já aderiu a uma situação e por isso, não vamos arranjar terminologias que não correspondem minimamente à verdade. -----



— Só uma nota, tem a ver com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara de Mangualde. Umhas questões, talvez importante para todos nós e para a coesão deste território, a discussão dos mapeamentos, aí sim, talvez fosse uma questão muito importante desta Assembleia e por isso acho que os mapeamentos, eles sim, são talvez a grande questão que podíamos pôr encima da mesa para discussão entre todos. -----

— Deixando esta componente mais política e agora, uma componente que para mim é mais pessoal e vou dizer porquê, todos nós somos e eu tive cuidado já na Assembleia Municipal de Viseu, ao apresentar isso e tive o cuidado de divulgar e não poderia na sequência da Assembleia Municipal de Viseu, estou disponível para tudo que entenderem em termos da moção que vou apresentar. -----

--- Por isso é de título individual e tem a ver com uma situação de um tema, pode parecer numa primeira situação desconexo, mas para mim e penso que para muitos faz sentido, tem a ver com a corrupção. -----

--- O problema da corrupção não diz respeito ao político A ou político B, não diz respeito a partidos, mas o que nós vemos é que muitas vezes, há também da nossa parte, podemos dar um contributo para a valorização e para a identificação, também daquela que é a nossa função, mesmo que não sejamos, como às vezes se costuma dizer, políticos profissionais. -----

--- Com esse gesto, pretendo somente dar um pequeno contributo para a discussão e para a credibilização daquilo que deve ser política e até para a visão dos nossos cidadãos também tem dessa mesma política. -----

--- O pior que pode acontecer neste âmbito é nós nos silenciarmos, ou seja, deixarmos muitas vezes a um populismo, pegar nesse tema contra a própria classe política, contra a democracia, contra os partidos políticos e por isso, acho que não, entendo que e penso que é consensual, que a corrupção hoje é uma ameaça à sociedade e à economia e também à democracia. -----

--- Por isso, também não é justo que haja uma generalização como muitas vezes se pretende, com todos os efeitos corrosivos daquilo que é uma generalização para toda a classe política e por isso, aquilo que devemos dizer é que a corrupção que existe, não podemos também silenciar ou fazer como as avestruzes, a corrupção hoje é uma exceção no comportamento dos agentes políticos. -----

--- Por isso todos nós, tomarmos posição em relação a isto e é também um desafio a todos de introduzirmos aquilo que é uma obrigação à transparência naquilo que é a nossa ação pessoal e também política, isto vai mais longe porque muitas vezes as pessoas discutem que é só um problema de legalidade, é legal e eu posso fazer. -----

--- Não, o ideal republicano, quando às vezes as pessoas pegam nesta real, também vai mais longe às incompatibilidades que são do foro ético e por isso, era também aqui que gostaria de chamar atenção, certamente este contributo não pretende resolver um problema, pretende é dizer que nós estamos atentos e que o problema nos preocupa a todos e que todos e esta Assembleia inclusivamente, nós também todos queremos dignificar a política.-----

--- Muitos poderão dizer, lá vem mais um discurso moralista, eu sou contra o moralismo político e por isso estou à vontade, outros dirão que não há nada a fazer em relação a corrupção, existirá sempre e cada um responde por si. -----

--- Aquilo que entendo é que a generalização é corrosiva para toda classe política e por isso, a política do silêncio não deve existir. Por isso, é o meu contributo do combate à corrupção, uma moção que passaria a ler: -----

--- A Assembleia Intermunicipal de Viseu Dão Lafões na reunião ordinária no dia 27 de abril entende que: -----

--- O combate eficaz à corrupção deve ser uma prioridade, um desígnio nacional. A corrupção tem que ser prevenida, investigada, combatida e punida, devendo ser reforçados os meios de investigação de acordo com as necessidades. -----

--- Deverá ser dada prioridade absoluta ao processo em curso da aprovação da legislação sobre a criminalização do enriquecimento ilícito e não justificado. -----

--- É uma obrigação ética e de cidadania a aprovação de legislação que responsabilize civil e criminalmente os decisores públicos, que assumam compromissos ruinosos para o Interesse Público, em proveito próprio ou terceiros. -----

--- Deverá ser feita uma revisão criteriosa da legislação, que permita uma separação clara entre a política e os interesses económico-financeiros, com o registo claro dos grupos de interesse e de pressão.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado Senhor Deputado Mota Faria. Portanto uma vez que apresentou uma moção, suspendemos as inscrições normais do período antes da ordem do dia e está esta moção em discussão."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: "É só para dizer que votamos favoravelmente a moção, até porque estamos completamente de acordo com os pressupostos dela, ou seja, o pior que pode acontecer na sociedade portuguesa é, por um lado, esta corrupção aparecer ligada apenas às pessoas que fazem política e não há dúvida que uns de uma maneira ou outra, todos que estamos aqui fazemos política. Pelo menos não tenho nenhum problema quanto a isso, embora nunca



tivesse exercido nenhum cargo que não fosse cargo de eleição do ponto de vista político e acho que é assim que quero continuar a ser. Mas não tenho nada contra os cargos porque o pior que podia acontecer era que as melhores pessoas, as pessoas mais qualificadas de algum modo, como às vezes acontece e tem acontecido, não quisessem fazer política não quisessem exercer a política. Considero a política a “profissão” mais nobre de qualquer cidadão, do ponto de vista do espírito republicano como aqui foi dito e eu concordo, defender a Res Pública e ter o espírito de cidadão interventivo naquilo que é política é o que se espera de qualquer cidadão bem informado.-----

--- Neste sentido, concordamos completamente que, se a qualquer cidadão é exigido que eticamente seja responsável e que tenha o exercício de cidadania do ponto de vista ético responsável, penso que quem exerce cargos públicos e que, por inerência, trabalha com dinheiros que não são próprios mas que são públicos, a essas pessoas deve-se exigir, a meu ver, ainda mais ética nesse sentido. Como tal, não há nenhuma oposição da nossa parte.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário da Mesa, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Secretário Executivo, Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, Senhoras e Senhores Deputados.-----

--- O assunto que me traz aqui, se não fosse esta intercalação aqui da moção e do Deputado Dr. Mota Faria, quase que era um seguimento daquilo que veio aqui trazer o Deputado Dr. Rafael Amaro, prende-se exatamente com a Assembleia da CIM. Penso que a Assembleia da CIM é, de fato, de todos os órgãos que a constituem e são três, quatro, há um que é perfeitamente desconhecido, mas, este não é menos desconhecido, penso que a Assembleia da CIM é o parente pobre de facto de todas as CIM’s, mas não é o parente menor das CIM’s. Penso que de facto, dá-me ideia e em conversa com outras pessoas que estão aqui e outros que não estão cá, que tudo que se passa na Assembleia inicia-se e encerra-se dentro das quatro paredes onde as assembleias se realizam. Não pode ser assim. Há um órgão social que normalmente nos acompanha e hoje está presente na sala, raramente temos a companhia e a assistência de qualquer outra comunicação social. Depois, não podemos senão lamentar que isto aconteça, mas deixava aqui, na sequência disso - e vou ser rápido - de alguma forma, um repto ao Executivo, aos dois órgãos do executivo da CIM, no sentido de fazer aquilo que eu penso, e ainda não está feito até àquilo que é possível, que é conseguir, a meu ver, que a

Assembleia seja mais conhecida, tal como aquilo que se discute aqui e não é pouco. A prova disso é que estamos aqui há quase duas horas, e ainda não acabamos o período antes da ordem do dia, a discutir política além dos assuntos que a ordem do dia nos traz e, se perguntarmos na população onde é que foi a Assembleia e o que se discutiu, de certeza que não sabem.-----

--- Deixo aqui um repto e um apelo aos órgãos executivos, no sentido de proporcionarem o conhecimento e a divulgação das assembleias, quer prévio quer posterior à sua realização. Muito obrigado.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Henriques, cuja intervenção se transcreve: “Mais uma vez, boa tarde. Julgo que as grandes questões políticas da contemporaneidade, se prendem numa palavra que é: sustentabilidade. Sustentabilidade dos recursos, sustentabilidade das finanças públicas, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e, fico contente por ver aderir a esse pensamento alguns que durante muito tempo, não julgavam importante sustentabilidade ambiental e foram aprovando orçamentos, planos de atividades em que negligenciavam durante décadas a sustentabilidade ambiental e que hoje são tão exigentes para que nos seus concelhos a sustentabilidade ambiental seja implementada, folgo com essa adesão.-----

--- Como também folgo, a necessidade de existir uma adesão à sustentabilidade social e económico. O último grande relatório da comissão europeia sobre as pequenas e médias empresas chegou a uma conclusão que é a seguinte, existem quatro países, único, em 24 países, é que conseguiram ter em 2013 e com isto também em 2014, resultados económicos que permitiram que as pequenas e médias empresas tenham hoje mais de 100% do emprego e do volume de negócios que tinham em 2008, ou seja, aquando a crise económica ou financeira mundial, nomeadamente com a crise soberana dos E.U.A, ou seja, em 28 países apenas quatro conseguiram repor o emprego e a geração de riqueza de 2008.-----

--- É fácil de perceber quais são esses países, Alemanha, a França, a Áustria e a Finlândia. Portugal, Grécia, Espanha e Chipre estão neste momento com 80 % nas pequenas e médias empresas, 80 % do emprego que tinham em 2008 e 80 % de volume de negócios que tinham em 2008 ou abaixo disto, no caso da Grécia é 70 % de emprego e 70 % do volume de negócios.

--- Perguntar-me-ão aos comuns mortais, muito, porque em Portugal 90 % do emprego é criado pelas pequenas e médias empresas, 75 % do produto é criado pelas pequenas e médias empresas e isso faz exatamente o que acontece também na Alemanha.-----

--- A Alemanha, tal como nós, tem a grande força da sua capital exportadora e a sua capacidade de criação de emprego, as pequenas e médias empresas.-----



--- Há três grandes setores que representam grande parte das pequenas e médias empresas ao nível europeu, são o comércio, a construção e a indústria transformadora que representam todos 75 % dos empregos, ou seja, mais de 60 % de todos os empregos desses países. -----

--- O que notamos? -----

--- Por exemplo os países do Sul da Europa foram aqueles que mais destruíram emprego na indústria transformadora, mais destruíram emprego na construção e não destruíram tanto emprego no comércio e retalho. -----

--- O que significa isto? -----

--- Significa pelo contrário, a Alemanha foi quem criou mais emprego na indústria transformadora, mais emprego na construção e foi mesmo o país que mais investiu em construção de 2008 a 2013, ou seja, a política macroeconómica que a Senhora Merkel impôs aos estados do sul e que o governo subscreveu indo para além da Troika, foi precisamente a política económica contrária que ela desenvolveu na Alemanha que a Áustria imitou e que a Finlândia também. -----

--- Em França a situação foi um bocadinho diferente, há uma situação de menos sustentabilidade uma vez que foi criado mais emprego do que criação de riqueza. -----

--- Mas uma coisa é certa, os países foram intervencionados, incluindo a Irlanda, tem hoje menos criação de riqueza e menos criação de emprego. -----

--- Nas pequenas e médias empresas representam o grande motor da criação de emprego. Todos sabemos que não será o emprego público a criar emprego. Agora temos que ter uma resposta para as centenas e milhares pessoas que saíram das nossas comunidades, nomeadamente comunidades do interior e dos negócios que se deixaram de se fazer, da criação sustentável de economia que se deixou de fazer e essa sim, é fundamental para recuperar pujança das nossas comunidades e também para as tornar mais vivas e com isto atenuar outras políticas... -----

--- E já Einstein dizia uma coisa muito simples, estúpido é pensar que com as mesmas ações, obtemos soluções para os problemas de maneira diferente e é verdade, se continuarmos numa filosofia meramente económica e financeira, alicerçada nos serviços bancários com privilégios sobre a economia real que esses sim, destroem emprego, e não criam riqueza, continuaremos a ter a trajetória transcendente da sustentabilidade. -----

--- Pois é imperioso perceber que comunidades como a nossa, onde essas questões são ainda de maior relevância porque temos a somar a tudo isto alguns constrangimentos de desenvolvimento regional têm que ser devidamente ponderadas. -----

--- A maneira de espelhar essa ponderação e essa preocupação é perceber com visão estratégica o que fazer nos próximos anos na aplicação da Estratégia Portugal 2020, aplicar as mesmas receitas que nos conduziram a este problema, não nos tirarão dele e por isso, é preciso ponderarmos o que queremos fazer numa trajetória que contabilize rigor das finanças públicas com criação económica sustentável e isso é possível com pequenas e médias empresas fortes, diversificadas e com uma malha territorial apertada, com interconetividade entre essas organizações e as entidades públicas administrativas e não numa ótica de desmantelamento permanente da atividade pública, que é o backbone da sustentabilidade dessas micro, pequenas e médias empresas.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde, a todas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, caro amigo, João Azevedo, em nome da Comunidade agradecemos o seu acolhimento, também aqui neste município, Dr. Nuno Martinho, e a todos os técnicos da Comunidade Intermunicipal, comunicação social, os meus respeitosos cumprimentos. -----

--- Pedir desculpa desde já pelo atraso, estávamos no Solar do Vinho do Dão, no lançamento da Rota do Vinho do Dão com o Senhor Secretário de Estado do Turismo e por isso também, as minhas desculpas. -----

--- Dar as boas vindas aos novos Deputados, vão perceber que esta Comunidade, ao contrário daquilo que foi aqui defendido, pelas intervenções do Dr. Mota Faria e Dr. António Amaro, esta Comunidade tem legitimidade democrática, vocês têm legitimidade democrática, eu tenho legitimidade democrática, o Secretário e o secretariado tem legitimidade democrático. -

--- Não adianta, nós temos que fazer a nossa parte transmitir informação, receber contributos para As nossas informações que estão disponibilizadas em permanência no sítio da Comunidade, as atas estão disponíveis, sempre, e atualizadas para todos perceberem e poderem questionar os vossos Presidentes de Câmara. -----

--- Dr. António Amaro, esta Assembleia não tem repercussão na comunicação social, vamos fazer com que ela tenha repercussão na comunicação social, não só por ter repercussão nisso, mas por ser muito importante para esta comunidade no dia de hoje. -----

--- Vou usar esta metodologia e obviamente perante esta bateria de perguntas, se alguma não ficar esclarecida, estou inteiramente à disposição tal como o nosso Secretário Executivo para dar todos os esclarecimentos que se julguem oportunos. -----



--- Para vos dizer que foi aqui votada, mas não passou, uma moção na defesa da Radioterapia para o Centro Hospitalar de Tondela/Viseu, essencialmente era isso que estava aqui em discussão.-----

--- Tem sido uma luta permanente de todos, a defesa desses serviços, não há dúvida nenhuma que estas questões não são uma questão ideológica, são uma prioridade regional e tem sido, digamos, uma luta permanente na busca de concretizar esse sonho e, obviamente, temos, também, que lançar as nossas farpas, para que isso seja possível, junto do poder central. -----

--- Deixem-me que vos diga em primeira mão, que podemos garantir, hoje e aqui, que, depois de muitas reuniões com a CCDD do Centro, com a Senhora Presidente e com a Comissão Diretiva, que o Centro Hospitalar de Tondela/Viseu vai ter uma verba destinada de 2.200.000 euros essencialmente destinada à renovação das urgências e para os equipamentos de Radioterapia e outros que também sejam necessários no hospital, sendo certo que quando a senhora Presidente da CCDD do Centro ter dito que esta verba que nos era atribuída, eu perguntei, expressamente, mas aí está contemplado o nosso anseio de termos um centro de Radioterapia Oncológica, tendo ela esclarecido e dito, claramente, que esta verba era destinada a esses dois investimentos, modernização das urgências e equipamentos na área da radioterapia, e inclusive, que não era uma verba "itizada", isto é, que não vinha "comer" ao bolo financeiro da CIM. -----

--- Segundo, agora para responder aos Senhores Deputados, obviamente que a discussão das infraestruturas de valor acrescentado, ferrovia e rodovia, é uma questão transversal a todos, sendo certo que a Comunidade Intermunicipal e todos os Grupos Parlamentares fizeram o seu trabalho, sendo que nós, Conselho Intermunicipal, até aprovamos uma moção que foi enviada para Assembleia da República, Governo, Grupos Parlamentares junto da Assembleia da República. -----

--- A Comunidade fez, inclusive um comunicado a 11 de abril de 2014 na qual dava nota daquilo que defendia, mobilidade para a competitividade na nossa região e que defendíamos uma ligação desta mobilidade, de uma rodoviária mas que fosse competitiva para a região. ---

--- O que se tem dito, são como consequências de quem as diz, o próprio Secretário de Estado dos Transportes o referiu em Vouzela, o Senhor Primeiro-Ministro também já o disse. Neste momento estamos com estes dois projetos mas isso não invalida que nós discutamos as coisas e não façamos, todos, força para que a solução adotada seja a que melhor sirva a região, melhore a nossa competitividade e acima de tudo, ajude à internacionalização da nossa economia e a mobilidade de pessoas.-----

--- Foi neste contexto que fizemos o nosso trabalho quanto à problemática da ferrovia, tivemos reuniões de trabalho, na então REFER, como a Associação Industrial de Aveiro.-----

--- O Senhor Deputado Sobral Abrantes falou aqui num conjunto de processos e procedimentos que a Comunidade ao longo dos anos liderou, desde logo a Modernização Administrativa, sendo certo que não irei falar do acompanhamento do mesmo relativamente a cada município mas quero-lhe dizer foi um processo em que fomos um modelo a catorze municípios.-----

--- Hoje está praticamente concluído nem todos os municípios estão obviamente no mesmo patamar mas quero-lhe dar nota, e o Senhor Secretário Executivo depois poderá dar nota disso, está praticamente concluído e com muitos processos desmaterializados e ao dispor dos cidadãos via Web.-----

--- O nível de execução, neste momento, está com uma taxa de execução de cerca de 90 %. O Município de Mangualde, só sei porque fui agora visitar, está com uma taxa de 93 %, mas deixem que vos diga, que nós ainda temos, se calhar mais 10% ou, 15% para realizar e isto quer dizer que está a decorrer dentro do seu prazo normal.-----

--- Acresce, ainda, que temos muitos projetos candidatados em overbooking e que, sendo aprovados, ultrapassaremos essas percentagens de execução com toda a naturalidade.-----

--- Relativamente à problemática da divisão das verbas, neste Quadro Comunitário, é uma situação que tem sido discutida no Conselho Intermunicipal, sendo certo que estamos a definir os critérios e as variáveis, e estou convicto que, com certeza, será ponderado o problema da coesão.-----

--- Falou, também, no Plano da Água, em virtude do exposto no nosso plano de ação. O problema da água para além de ser uma grande discussão nacional, como sabe, não tem rigorosamente nada a ver com a Comunidade Intermunicipal.-----

--- Neste momento esta área está inserida num Programa Nacional Temático, no POSEUR, e, obviamente, cada município ou cada associação de municípios terá que fazer os seus investimentos de acordo com os avisos de concursos, não só para o abastecimento de águas como também para as ETAR's.-----

--- Das candidaturas a aguardar aprovação, neste momento, não temos nenhuma, na CIM, para esta área, sendo certo que todos os municípios forma a diversos programas operacionais e temáticos.-----

--- Mas não posso deixar de realçar que estamos a construir o Pacto e a ITI, têm que estar prontos até julho, e não sabemos com aquilo que contamos para este novo Quadro Comunitário.-----



--- Mas também fica com a certeza daquilo que nos foi transmitido hoje. Temos que apresentar as intenções, os projetos, as fichas de projetos, até 20 de maio, sendo que até 9 de julho será contratualizado, com a CCDR do Centro, todo o pacote financeiro a que a Comunidade Intermunicipal terá acesso em termos do Programa Operacional Centro 2020. ---

--- Programa Aproximar. Com isto penso que vou responder, também, a um conjunto de questões que os Senhores Deputados fizeram. O Programa Aproximar que foi um Programa que nos foi apresentado pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Regional e pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em julho de 2014, como um projeto em que a Comunidade Intermunicipal seria uma das CIM's piloto, dado pretenderem implementar o mesmo em duas CIM's de meio urbano e duas de meio mais rural. ---

--- As virtudes deste projeto, conforme nos foi apresentado, e que estamos a conseguir protocolar com o Ministério, permite que, pelo menos, os serviços da administração central continuem no território, mesmo nos de baixa densidade, que somos todos ou quase todos. ---

--- Isto é, pretende-se racionalizar meios, criando uma Loja de Cidadão em cada município, em conjugação com as Carrinhas do Cidadão, que irão circular pelas aldeias mais afastadas dos nossos municípios. ---

--- Acresce a isto a complementaridade dada pelo projeto transporte a pedido, sendo certo que o mesmo está muito condicionado por um conjunto de legislação que o Governo está a tentar resolver, em virtude da concessão de transportes públicos. ---

--- Vamos dia 29 de abril, quarta-feira a Leiria, a Comunidade e quase todos os Presidentes de Câmara assinar o Memorando de Adesão, os Protocolos para depois serem executados. ---

--- Não menos importantes serão os Espaços de Cidadão que permitirão criar uma rede de espaço de atendimento de maior proximidade e facilidade de acesso e que se complementam com as Lojas do Cidadão e com as Carrinhas do Cidadão. ---

--- Quanto à intervenção do Senhor Deputado António Dinis, quero-lhe dizer que a nossa estratégia é consistente, mas que num documento de seiscentas páginas é natural que possa existir uma gaffe, não sendo isso que o poderá colocar em causa como um todo. ---

--- Mas quero-lhe dizer que esteve sempre presente a nossa vontade em acolher todas as intervenções e todos os contributos, quer tivessem vindo da Assembleia Intermunicipal quer do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, desde que os mesmos pudessem ser integrados e cumprissem as orientações estratégicas a que todos estamos obrigados. ---

--- Esta estratégia foi apresentada na CCDR do Centro em face de um aviso de concurso aberto, onde foi apresentada e defendida por mim e pelo Secretário Executivo no Concelho

Setorial, em Coimbra, tendo sido aprovada com 4.3 valores, num máximo de 5, tendo inclusive sido uma das mais pontuadas, sendo certo que para ter uma pontuação destas foi pelo seu mérito e porque estava devidamente alinhada, não só com os objetivos temáticos e prioritários do Centro 2020 mas também com o Portugal 2020.-----

--- Deixa-me que lhe diga, ainda, que no Plano Estratégico serão apresentados, até 20 de maio, sendo certo que o modelo e o paradigma deste quadro são completamente diferentes.-----

--- Há áreas onde os municípios tinham a sua matriz de investimento FEDER e que terão que abandonar esse paradigma, mas, como disse o Senhor Deputado João Tiago Henriques, temos que nos voltamos para outras realidades como a sustentabilidade económica ou social, o empreendedorismo, tal como já o temos vindo a desenvolver na nossa região, pois será aí que estão disponíveis os fundos comunitários.-----

--- Deixem-me que vos diga, para findar, que eu sinto-me legitimado pelos meus pares, vocês sentem-se legitimados porque advém da vossa qualidade de Deputados Municipais para o qual foram eleitos. Eu tento cumprir com a minha missão de Presidente da Comunidade Intermunicipal, obviamente que também tenho a gestão municipal e por vezes não é fácil dar a melhor atenção nem a vocês nem a alguns dos assuntos que nos são apresentados, mas não pode ser isso que nos impedirá de dar o nosso melhor em prol da região e das nossas gentes.”

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal e concluímos assim, com a intervenção do Senhor Presidente da Comunidade o período antes da ordem do dia. -----

--- Peço desculpa regimentalmente o Deputado Mota Faria não tem possibilidade regimentais de fazer, senão estaríamos a reabrir o debate, portanto não o podemos fazer regimentalmente. -----

--- Creio que não podemos fazer, senão abrimos o debate, há outro que pede, entramos numa réplica e há formas regimentais de poder esclarecer as questões e as dúvidas que entenderem.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.” -----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 28/11/2014 -----

--- Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada com seis abstenções.-----



— Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da CIM Viseu Dão Lafões para o ano de 2015, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, isto foi devidamente enviado, é de leitura fácil, tínhamos um mapa aprovado quando fizemos a aprovação das Grandes Opções de Plano e do Orçamento para o ano económico de 2015 e aqui a grande novidade foi com a inclusão das duas senhoras funcionárias que recebemos na universalidade da Assembleia Distrital de Viseu, é isto que me oferece dizer.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2014, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 14º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “ Senhor Deputados, certo de terem recebido, atempadamente, este documento, não só relatando a gestão que ocorreu em 2014, as respetivas contas, e que vamos agora escarpelizar, porque o Dr. Nuno Martinho tem uma apresentação onde nos vai explicar, minuciosamente, não só um conjunto de atividades de referência durante o ano de 2014 bem como os de mais aspetos financeiros da prestação de contas.-----

--- Eu pedia então ao Dr. Nuno Martinho que fizesse a apresentação minuciosa, não só do relatório como das respetivas contas.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde a todos, cumprimentar o Senhor Presidente da CIM, o Senhor Presidente da Câmara Intermunicipal de Mangualde, Dr. João Azevedo que hoje nos recebe e o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal e restante mesa. Cumprimento toda a Assembleia Intermunicipal, todos os Senhores e Senhoras Deputados.-----

---De uma forma muito breve, e apresentando somente as questões mais importantes, deixando parte o debate, algumas questões mais de pormenor e questões de natureza mais técnica.-----

--- Como é normal, foi remetida toda a documentação por via do nosso site que cada vez mais é a interação privilegiada com os Senhores e Senhoras Deputadas, tendo as mesmas sido disponibilizadas no mesmo dia em que as contas foram aprovadas no Conselho Intermunicipal.

---Relativamente a este ano, foi, também, por via da necessidade das contas serem certificadas por um Revisor Oficial de Contas, que se juntou a certificação legal de contas. -----

--- Quanto ao Relatório de Gestão, ele reflete a análise das principais atividades e das Grandes Opções de Plano que a CIM foi realizando durante o ano, onde é feita uma análise patrimonial às Demonstrações Financeiras e feita, também, uma análise à execução orçamental quer do lado da despesa quer do lado da receita. -----

---Ao nível das Grandes Opções de Plano de organização e gestão interna, dar nota da alteração que fizemos ao site da Comunidade Intermunicipal, durante o ano 2014, sendo, cada vez mais um meio de interação privilegiado com os municípios, com os munícipes e com toda a sociedade civil, dado ser um site que é atualizado permanentemente onde qualquer atividade da Comunidade Intermunicipal é relatada, incluindo as próprias reuniões do Conselho Intermunicipal e as principais decisões que aí são tomadas.-----

---Continuamos com a interação nas redes sociais, sendo estas, cada vez mais, um meio privilegiado de comunicação, sem descurarmos o relacionamento com a comunicação social através da emissão de notas de imprensa, press releases onde também queremos dar conta da atividade que a Comunidade Intermunicipal vai desenvolvendo, bem como, através da nossa Newsletter, que também está disponível em formato digital e que foi enviada aos Senhores Deputados.-----

---A nível da gestão interna, dar nota que a CIM continuou o seu processo de crescimento durante o ano de 2014, sendo que a atividade da CIM é hoje cada vez maior, de maior responsabilidade, sujeita cada vez mais, e bem, a um escrutino grande quer por parte de entidades da Administração Local quer por parte da Inspeção Geral das Finanças que também tutela a gestão dos Fundos Comunitários e, inclusivamente, por parte de Bruxelas. -----

--- A Comunidade Intermunicipal realizou, no ano transato, três Assembleias Intermunicipais, sendo uma extraordinária e destinou-se a discutir a Estratégia do Desenvolvimento Territorial.

--- Como o Senhor Presidente acabou de afirmar, o Conselho Intermunicipal tem que reunir pelo menos uma vez por mês, mas durante o ano de 2014, reuniu-se por vinte vezes, o que



também é o reflexo do trabalho a que os Senhores Presidentes estão submetidos, fruto do momento que atravessamos, com a entrada de um novo programa de fundos comunitários. ---

--- Demos posse, e também reunimos, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal que se pronunciou, em Dezembro último, sobre a proposta de Estratégia a apresentar. -----

--- No âmbito da Gestão da Infraestrutura Ecopista do Dão, dar nota do trabalho que a CIM vai realizando, há já á algum tempo, no âmbito da gestão desta infraestrutura, mas mais do que isso, promovendo-a e potenciando o que esta infraestrutura pode representar, juntamente com outros recursos que o território tem, para a dinamização do nosso território, a dinamização do turismo e por via disso da sua competitividade e da criação de emprego. -----

--- A CIM sempre tentou capturar recursos financeiros, fê-lo e continua a fazer, através da apresentação de candidaturas diretamente à Comissão Europeia, conseguindo, desta forma, captar recursos financeiros para a promoção e divulgação desta infraestrutura. -----

--- Não posso deixar de dar nota do trabalho que foi realizado, durante o ano de 2014, na área da estruturação do produto turístico Ecopista do Dão, isto é, a estruturação da oferta à volta da Ecopista. -----

--- A Ecopista do Dão é hoje uma porta de entrada no território e nós conseguimos através de um projeto, e de um trabalho em que envolvemos vários atores do território, incluindo os privados, estruturar essa oferta. -----

--- Mas o que é estruturar a oferta? -----

--- É juntar a Ecopista a outros recursos que tenhamos no território, é juntá-lo ao enoturismo, ao património, à gastronomia, ao termalismo e hoje temos um produto no nosso território que está estruturado. -----

--- Aliás hoje foram apresentadas as Rotas do Vinho do Dão. Pois, a estruturação do produto Ecopista do Dão, já tem incluída as quintas que fazem parte das Rotas do Vinho do Dão. Temos onze Tours, no nosso território, onze propostas de negócio e trabalhamos nelas em parceria com os privados das áreas da restauração e alojamento. -----

--- Nós hoje temos, em cima destes onze Tours, desta estruturação do produto, temos negócio, temos alojamento, temos restauração, temos turismo e temos proposta de valor para quem queira visitar o nosso território. Exemplo disso, é a presença que a Comunidade Intermunicipal fez e é bom dizê-lo, é a primeira do país a fazê-lo, com a presença em Feiras Internacionais, nomeadamente em Antuérpia e Paris, no âmbito do turismo ativo mas uma presença para negócio, uma presença com uma banca de negócio para exatamente vender alojamento e vender o nosso território. -----

--- A formação supramunicipal é uma aposta que a CIM já vem fazendo desde 2009, pois tem chamado a si, juntamente com os municípios, a responsabilidade da gestão no âmbito da formação, da qualificação dos profissionais da Administração Pública Local com muitos bons resultados, em que de facto hoje, todos os processos de modernização administrativa são ancorados em projetos de formação, de qualificação que, de facto, conseguem alavancar as competências dos colaboradores dos municípios e, por via disso, também, alavancar as competências e desenvolvimento das suas várias unidades orgânicas.-----

--- Relativamente ao Portugal 2020 vai continuar a ser uma aposta da CIM Viseu Dão Lafões, a qualificação dos profissionais da Administração Pública Local.-----

--- Não posso deixar de salientar uma ação de formação em que fomos pioneiros, a nível nacional, que foi a ação de formação de Atendimento ao Público no domínio da língua gestual, que fizemos em parceria com a União dos Familiares e Amigos do Surdo de Viseu, para preparar, os municípios e os técnicos para o atendimento a pessoas com esta deficiência.-----

--- Outra questão, tem a ver com o processo de modernização administrativa. Há bocado foi abordada esta questão, por um Senhor Deputado, pois posso dar-lhe nota que este projeto que a CIM tem vindo a desenvolver é um projeto que tem sido, também, exemplar, tendo inclusive a CIM sido convidada para ser uma CIM piloto da Agência de Modernização Administrativa, no âmbito do Licenciamento Zero.-----

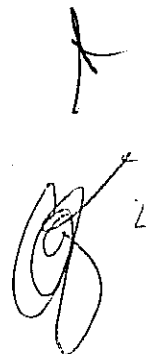
--- Estamos, agora, a desenvolver um novo projeto que começou já no ano 2014 e que só vai ficar só concluído em setembro de 2015 e tem basicamente a ver com a maximização dos serviços online, isto é, disponibilizar, cada vez mais, serviços online nos sites dos municípios.---

--- É um processo que ainda não está concluído, é um caminho que se faz caminhando e indo inclusivamente até à Plataforma de Pagamentos da Administração Pública, ou seja, permitir que o munícipe ou a empresa pague diretamente através de uma referência multibanco, os serviços, evitando a deslocação ao município.-----

--- Aproveito, inclusive para, estando nós no Município de Mangualde, referir que no Licenciamento Zero, o Município de Mangualde foi pioneiro dado ter sido dos primeiros municípios a disponibilizar os serviços na área do urbanismo. -----

--- Mas, obviamente, ainda está muito para fazer, esperamos vir a fazê-lo até o próximo mês de setembro, apesar de este processo ter coincidido com uma alteração, no âmbito do sistema de gestão documental, pois estamos a substituir toda o sistema de gestão documental, do SGD para o novo sistema MYDOC da AIRC, e esta alteração está provocar alguns constrangimentos.

--- Outro processo, que temos vindo a desenvolver, tem a ver com a substituição de software proprietário por software livre, open source, isto é por software sem custos para os



municípios, pois até aqui os custos com este tipo de sistemas informáticos eram muito elevados, permitindo desta forma libertar recursos financeiros, em que o melhor exemplo disso é o SIG - Sistemas de Informação Geográfica, e que é mais um projeto que temos vindo a desenvolver em conjunto com os municípios, tendo proporcionado formação especializada aos técnicos dos municípios, em cerca de 400 horas e serão esses técnicos que hoje irão trabalhar nesses softwares livres, ao nível do Sistema Informação Geográfica. -----

--- Mas permitam-me que dê um exemplo das virtualidades de um SIG como o que estamos a desenvolver e para tal basta dar como exemplo, o facto de ter sido o SIG da CIM Viseu Dão Lafões que esteve no simulacro do incendio florestal que a Autoridade Nacional de Proteção Civil, desenvolveu na região e que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, há cerca de quinze dias atrás, no Aeródromo em Viseu. -----

--- Em 2014, demos, também, um passo porque á muito ansiávamos e que se prendia com a criação de uma Central de Compras Regional e que visa, basicamente, agregar as necessidades dos municípios e por essa via, gerar um conjunto de poupanças significativas, quer em termos económicos quer em termos administrativos, pois os procedimentos de aquisição passam a ser muito mais simples e rápidos. -----

--- Neste momento já há Acordos Quadro nas áreas dos combustíveis, do gás e ao nível das refeições escolares. -----

--- No âmbito do Programa Aproximar, o Senhor Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Dr. José Morgado, já falou sobre o mesmo, permitindo apenas acrescentar que o processo teve o seu início em julho do ano passado e que a Comunidade, enquanto CIM piloto, irá assinar os protocolos no próximo dia 29, depois de amanhã, em Leiria. -----

--- No âmbito do empreendedorismo, permitam-me que saliente o facto de este ser um projeto muito querido dos Senhores Presidentes, e que já vai na sua quarta edição. -----

--- É um projeto em que de facto acreditamos porque estamos convictos que é na escola que tudo começa, que aprendemos a ler, a contar, a escrever e que também é aí que se aprende a ser empreendedor e o que é ser empreendedor, pois essa é uma capacidade que não nasce de geração espontânea, pode aprendida, estimulada, é isso que estamos a fazer com os nossos jovens do ensino secundário, profissional e, este ano pela primeira vez com os alunos do primeiro ciclo, terceiro e quarto anos. -----

--- O projeto viu nascer, este ano uma mascote, o Gaspar, que tem percorrido todo o território e têm-se verificado coisas fantásticas, pois temos conseguido que através desta ação os nossos jovens também conheçam a região Viseu Dão Lafões nas suas diversas vertentes, como sejam

a existência da Citroen em Mangualde, os Pasteis de Vouzela ou os enchidos de Vila Nova de Paiva, só para citar alguns exemplos. -----

--- Ainda, relativamente ao projeto de empreendedorismo, permitam-me que esclareça que o nosso objetivo não é criar ideias de negócio, não é criar empresas, é mudar a atitude e mudar mentalidades, sendo que quando a isso conseguimos aliar a criação de uma empresa, tanto melhor, como foi o que aconteceu à cerca de três semanas atrás, com uma das ideias de negócio que participou no projeto de empreendedorismo da CIM Viseu Dão Lafões, através da Escola Profissional de Torredeita e que consistia na criação de um capacete para andar de mota e foi ao programa “Shark Tank”, da SIC, foi apoiado financeiramente por um dos empresários e hoje podemos afirmar que se calhar se não tivesse havido este projeto das Escolas Empreendedoras, certamente esse projeto nunca teria surgido.-----

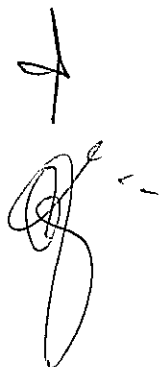
--- Mas, obviamente, o projeto de empreendedorismo não se resume à intervenção nas escolas, temos, também um serviço em rede, uma rede regional, onde temos vindo a capacitar os técnicos da mesma, onde se incluem os técnicos dos municípios e os das Associações Empresariais, de forma a capacitá-los para analisarem projetos, planos de negócio, modelos de negócio, uma formação que tem sido dada, por pessoas altamente especializadas nesta área. -

--- Mas a importância da nossa intervenção nesta área é acrescida dado que o Portugal 2020 tem muito a ver com o apoio à economia, pois muitas das verbas irão estar alocadas à economia, ao micro-empreendedorismo, às micro-empresas, e esse trabalho, este é o caminho que nós temos feito ao longo dos últimos anos, em especial durante o último ano.-----

--- Mas importa, também, referir que irá ocorrer uma mudança de paradigma com o Portugal 2020, nomeadamente ao nível das prioridades de investimento 8.3 e 8.8, onde a CIM irá servir de organismo intermédio no sistema de incentivos, querendo isto dizer que entre os 100.000 euros e os 235.000 euros, a CIM irá ser recetora de candidaturas para apoiar os privados, para apoiar empresas, para apoiar microempresas, até dez postos de trabalhos, e como tal temos que estar preparados para fazer a ligação entre este apoio à economia, ao mesmo tempo que apoiamos o empreendedorismo de base local.-----

--- Mas o ano de 2014 também fica marcado pelo lançamento do concurso nacional de Ideias de Negócio “Wanted Business Ideas”, um concurso que estamos, juntamente com a AIRV e o IPV, com o apoio do Montepio, que se associou a esta iniciativa. Temos vindo a fazer a apresentação do mesmo por todo o país, incluindo as maiores universidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Aveiro e em vários institutos politécnicos.-----

--- O prazo para submissão de candidaturas termina no próximo dia 30 de Abril, na próxima quinta-feira. Mas queremos, de facto, que de dois em dois anos haja um concurso de ideias de



negócio de âmbito nacional para termos, também, massa crítica, sendo que foi colocada uma condição no regulamento e que se prende com o facto de a ideia vencedora ter que ser implementada no território.-----

--- Ao nível da eficiência energética também é um caminho que temos vindo a trilhar, a CIM depois de um calvário, de quase três anos, após ter submetido uma candidatura no âmbito da eficiência energética na iluminação pública a mesma foi recentemente aprovada, e neste momento os municípios estão a executar os seus projetos. -----

--- Ainda no âmbito da energia elétrica, a CIM Viseu Dão Lafões lançou um concurso público internacional, através da agregação das necessidades dos municípios, em termos energéticos, quer fossem de média tensão, baixa tensão, baixa tensão especial, tendo o mesmo sido ganho pela EDP, tendo o mesmo gerado poupanças significativas no preço da eletricidade. -----

--- No âmbito da proteção civil, estreámo-nos no ano 2014, com a aquisição dos equipamentos de proteção individual para os bombeiros da região.-----

--- Permitam-me que diga que fomos das primeiras comunidades intermunicipais a entregar os equipamentos de proteção individual, entre Julho e Agosto, sendo que este é um caminho que pretendemos continuar a trilhar.-----

--- Ainda nesta área, também estamos a elaborar as cartas de risco para os municípios que ainda não as tinham, sendo que este trabalho se encontra inserido numa candidatura feita em parceria com a ANPC e, recentemente, em Dezembro, fomos, também, desafiados a apresentar uma candidatura, em overbooking, com vista à aquisição de equipamentos terminal de comunicação Tetra, para as corporações de bombeiros da nossa região e para os serviços municipais de proteção civil.-----

--- No âmbito da nossa rede urbana temos vindo a fazer a gestão de todos os seus projetos, desde logo, o da gestão das incubadoras que temos no nosso território.-----

--- O ano de 2014 é, também, marcado, pelo projeto da Marca Viseu Dão Lafões, projeto arrancou com uma campanha de meios a nível nacional e complementada com um conjunto de ações promocionais de âmbito nacional.-----

--- Não posso deixar de referir que toda a estratégia de comunicação e todo o plano de ação está alinhado com a Turismo Centro de Portugal, alinhado estratégica e operacionalmente e respeita todo o plano de marketing da Turismo Centro de Portugal.-----

--- Ainda hoje, na apresentação das Rotas do Vinho do Dão, o Senhor Presidente de Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal enalteceu, mais uma vez, o papel que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a desenvolver com os atores do território, tendo mesmo afirmado

que fomos uma das poucas CIM's que agarrou o turismo e que tem vindo a trabalhar nessa matéria. -----

--- De salientar que, durante o ano de 2014, estivemos presentes na BTL, mas a presença não se cingiu a uma presença institucional, pois também marcamos presença com uma banca de negócios onde apresentamos, onde “vendemos” a região com uma brochura comercial com quarenta pacotes turísticos, com o produto turístico Ecopista do Dão e com ações de rua nas cidades de Lisboa e do Porto. -----

--- Realizamos, também, a segunda edição do Prove Viseu Dão Lafões, participamos no evento “Dão Capital”, juntamente com a CVR Dão e a Turismo Centro Portugal. -----

--- O ano transato fica, também, marcado pela “Viagem do Elefante” por Viseu Dão Lafões, um espetáculo fantástico que percorreu os catorze municípios da região, entre julho e setembro, e que teve a particularidade de se ter transformado num álbum gráfico, para memória futura.

--- Como costume dizer, temos a sorte de ter na nossa região um conjunto de estruturas culturais de primeira água, que levam o nome da nossa região a todo lado, quer em termos nacionais quer em termos internacionais, e, também, nesta área a CIM tem vindo a trabalhar com esta plataforma cultural com o intuito de desenharem uma agenda cultural regional à escala dos catorze municípios para candidatar-mos ao Portugal 2020, mas, também, porque é importante colocar a cultura ao serviço do território, ao serviço dos recursos da região, nomeadamente ao serviço do turismo para na construção de narrativas e de histórias que de facto, são muito importantes. -----

--- Durante o ano de 2014 foram sendo executados diversos protocolos com várias entidades da região, como por exemplo, com a CVR Dão, como já foi dito foi hoje apresentada a Rota do Vinho do Dão e a CIM assumiu-se como parceira da CVR Dão, inclusivamente, ao nível da contrapartida nacional. -----

--- Outro exemplo de um protocolo que resultou num programa de sucesso foi o celebrado com o Teatro Viriato para a realização do Projeto “Viseu a...”, sendo que no ano transato foi realizada a sua segunda edição e que este ano teve a particularidade de ir para fora da cidade de Viseu, pois realizaram-se espetáculos em Mangualde, Nelas, São Pedro do Sul e Tondela, num trabalho que, também, envolveu as comunidades. -----

--- No âmbito da contratualização, e foi questionado hoje, a questão da gestão do contrato de subvenção global pelo que permitam-me que explique o seguinte. A CIM tem cerca de 77 milhões de euros contratualizados, eram setenta e oito, mas tem-se vindo a fazer algum ajustamento, também para baixo, mas porque se têm estado a concluir projetos dos

municípios que muitas vezes em termos de execução financeira ficam aquém do valor que estava comprometido nos contratos iniciais.-----

--- Portanto, nesta data a CIM está com uma execução na ordem dos 93%, estamos na fase difícil de encerramento do processo, pois temos cerca de 180 projetos para encerrar e estamos na fase que é de verificação física e documental dos processos, para, também, libertar o FEDER que falta executar, para que seja transferido para o overbooking.-----

--- Um trabalho que ocupou, e muito, os serviços da CIM e os Senhores Presidentes, durante o ano, foi o desenvolvimento da estratégia integrada de desenvolvimento territorial. Um processo que iniciámos, ainda, em 2013, que se prolongou durante todo o ano de 2014 e que culminou com a apresentação, no passado dia 13 de fevereiro, à Comissão Intersectorial, da nossa estratégia, por mim e pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, como este já teve oportunidade de referir.-----

--- Tentamos, de facto, que a estratégia fosse o mais consensual possível, e que todos os atores se revissem nela. Aliás, aproveito o ensejo para dar uma nota ao Senhor Deputado António Dinis, relativamente aos contributos que deu e fez chegar à CIM, dizendo-lhe que eu próprio fiz questão de fazer chegar o e-mail, à equipa de trabalho, onde estavam vertidos todos os contributos do Senhor Deputado de forma a procurar garantir que todos os contributos que fossem suscetíveis de serem integrados.-----

--- Numa análise mais financeira, e patrimonial da Comunidade Intermunicipal, em termos de Relatório Gestão, está feita uma pormenorizada análise das principais rúbricas do balanço e da demonstração de resultados da Comunidade Intermunicipal.-----

--- Em termos patrimoniais temos na rúbrica de imobilizado, este ano, a entrada de 290 mil euros, por via da aquisição dos equipamentos de proteção individual, dado eles estarem inventariados na Comunidade Intermunicipal, estando a sua utilização salvaguardada através de um protocolo celebrado entre a CIM e as corporações de Bombeiros e associações humanitárias.-----

--- Foi uma aquisição que foi financiada em 85 % por via dos fundos comunitários, sendo que ainda temos alguns valores para receber, inclusivamente processos de reembolso de IVA em que não estão encerrados, faltando, também receber 7,5 % da contrapartida nacional por parte do Ministério da Administração Interna.-----

--- As dívidas de terceiro e curto prazo, que estão refletidas no Balanço, são valores residuais, são quotizações em dívida dos municípios, muito poucas, praticamente muitas delas só o último mês de dezembro mas que ficam refletidas na contabilidade e alguns valores referentes a projetos comunitários aprovados no âmbito do QREN.-----

--- As dívidas a terceiros, são fornecedores de conta corrente, são ajustados por via do último mês que são pagos só no mês seguinte, são algumas cauções de garantias por via de contratos.

--- As disponibilidades representam um montante de 232.568,56 euros, uma redução relativamente ao ano anterior, e neste aspeto permitam-me que dê nota que a Comunidade Intermunicipal, no final do ano, tinha de despesa quitada, leia-se, paga, em pedidos de pagamento submetidos, cujo dinheiro só recebeu no início de 2015, cerca de 200 mil euros. ---

--- A demonstração de resultados, evidência um resultado negativo relativamente ao ano anterior e isto está bem escalpelizado e explicado, também, quer na Certificação Legal de Contas, quer também no anexo do Balanço de Demonstrações de Resultados, por via de algumas correções que tivemos que fazer este ano ao exercício, dado ser a primeira vez que as contas foram certificadas por um Revisor Oficial de Contas e tivemos que fazer alguns ajustamentos a alguns lançamentos que tinham sido feitas em anos anteriores. -----

--- Em termos de fornecimentos e serviços externos, estes continuam a representar um peso grande na estrutura da Comunidade Intermunicipal, por força da gestão dos projetos supramunicipais, por força da especialização e do carácter técnico que muitos destes serviços têm, e neste sentido o Conselho Intermunicipal continua a entender que, de facto, é um bom ato de gestão externalizar serviços, tendo em conta o seu carácter muitas vezes pontual, mas também muitas vezes pelo seu carácter técnico e de especialidade, como por exemplo, a necessidade de contratualizar serviços e peritos para a elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial. -----

--- Estão aqui, também, identificados, outros serviços como o da formação tem que ser entregue, obrigatoriamente, a uma entidade certificada pela DGERT, sendo que em todos os casos são cumpridas todas as regras da contratação pública. -----

--- Os custos com pessoal representam cerca de 18 %, e não posso deixar de dar nota que a CIM continua a ser muito deficitária em termos de recursos humanos. A CIM tem um nível de projetos e uma envolvente de trabalho, como já disse há pouco, de muita responsabilidade, e nós continuamos com problemas na contratação de pessoal, por via do Orçamento do Estado, sendo que isto é assumido, por mim, pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, que a nossa estrutura continua muito deficitária em termos de recursos humanos para responder às necessidades que temos. -----

--- Em termos da Receita, foi praticamente toda cobrada, relativamente ao ano anterior, sendo que a despesa teve uma maior variação, fruto de a CIM trabalha muito na lógica dos projetos, pois uma mera reprogramação financeira que nós fazemos num projeto ao



MaisCentro, esta atrasa logo a execução e tem logo reflexos em termos dos compromissos assumidos e na despesa paga. -----

--- Portanto a execução orçamental, sofre muitas oscilações em função da CIM trabalhar muito na lógica dos projetos e a mesma coisa se passou com as despesas de investimento. -----

--- Em termos dos fluxos de caixa, permitam-me dar nota do saldo de gerência que transita para o exercício de 2015 e que vos pedimos autorização para o integrar na Revisão Orçamental em termos de execução o valor é de 203.397,65 euros. -----

--- Fico à disposição para qualquer questão que me queiram colocar." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "Eu apelava à mesa, para ter compreensão, em relação ao que fosse ser dito a seguir em termos de esclarecimento, que é importante para a Assembleia e depois como o Senhor Presidente poderá responder. -----

--- Em relação a este Relatório, acho que todos temos que nos congratular pelas atividades que foram desenvolvidas, apenas deixava uma sugestão ao Senhor Secretário Executivo, porque tem sido um bocadinho exaustivo, todos lemos o Relatório e por isso, penso que poderia eventualmente ser feita uma apresentação mais resumida com enfoque no essencial, era só uma sugestão para o futuro, para não estarmos sempre nesta repetição de medida a medida, de atividade a atividade, era só um pedido em relação ao futuro. -----

--- Aproveitando que está aqui o Senhor Presidente do Conselho, eu julgo que o Senhor Presidente traria uma grande notícia, mas só para esclarecer, era uma boa notícia se fosse a tal Radioterapia, Senhor Presidente. A Radioterapia são cinco milhões, é só para elucidar o que está em causa. -----

--- Não, não é uma candidatura da CIM, é uma candidatura da ARS do Centro e por isso, o que está em causa são as obras das Urgências, todos entendemos que são de ampliação da Urgência de Viseu e são os exames especiais, os exames invasivos e por isso, como é óbvio não podia ser. -----

--- Da parte do Senhor Presidente, houve algum mal-entendido, agradecia que o esclarecesse porque isto é um equipamento pesado, um equipamento que tem regras próprias, está em estudo, toda a referenciação em termos oncológicos, isto é um equipamento que obedece a um certa tramitação, não é uma mera candidatura. -----

--- Era só para transmitir e queria pedir ao Senhor Presidente que esclarecesse porque senão poderá levar toda a gente a ter uma ideia menos correta, sendo que, para todos nós, ficaríamos todos satisfeitos com esta grande notícia, mas não é verdade e por isso era só para transmitir ao Senhor Presidente que, eventualmente, esclarecesse melhor a assunto." -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "A mesa, obviamente, que foi compreensiva com a questão apresentada. Na segunda parte ultrapassou, digamos, no âmbito da questão apresentada.-----

--- Não há mais nenhuma inscrição nesta matéria?-----

--- Não havendo dou a palavra ao Presidente da CIM para as considerações face a questão apresentada."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigada Senhor Presidente. Reitero tudo que disse, hoje pelas 11 horas, não sei porque se está a rir, por termos a oportunidade, a possibilidade de termos e mais, está identificada como uma necessidade, 2 milhões e 200 mil euros de Fundos Comunitários para o Centro Hospitalar de Tondela/Viseu.-----

--- Deve estar incomodado por a região ir receber esse dinheiro e que nos foi transmitida pela Senhora Presidente da CCDR na qual estava todo o Conselho presente e na qual ela transmitiu este valor.-----

--- Sendo certo que, fiz logo o contato com o representante, o autarca da Câmara de Viseu e lhe disse, é a grande oportunidade para fazermos um forcing e não perdermos esta oportunidade e batermo-nos por este objetivo, que é a Radioterapia.-----

--- Caros Senhores Deputados, estão destinados ao Centro Hospitalar Tondela/Viseu 2 milhões e 200 mil euros, sendo que a pergunta expressa feita por mim, a Senhora Presidente disse, claramente, que era para as duas valências, a modernização das urgências, deve estar incomodado por ser médico, não deve querer lá isto, e equipamentos na área da Radioterapia."-----

--- O Senhor Deputado Mota Faria solicita à mesa, invocando o regimento, a defesa da honra.-

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Para defesa da honra dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "Tenho que dizer, eu sou médico, Delegado de Saúde, da saúde pública, de prestação total ao Estado, por isso não tenho interesse de qualquer sentido nestas áreas, em nenhuma área, sempre a minha vida se pautou pelo serviço público, esse é um aspeto de honra.-----

--- Segundo, desafio, aqui, e torno a afirmar o que eu disse e o Senhor Presidente só tinha que ser correto, perceber que tinha entrado num mal-entendido e esclarecer isto com a Presidente



da CCDRC, não tinha que fazer aqui uma insinuação e uma acusação a quem não merece essa acusação.”-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Feita a defesa da honra, não sei se o Presidente como é normal, quer produzir alguma consideração relativamente às suas declarações”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Obviamente que não tive nenhuma intenção de ofender ninguém nem é esse o meu propósito nem o meu modo de ser. Os meus objetivos foram aqueles que foram transmitidos.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação os documentos de prestação de contas do exercício económico de 2014, tendo sido os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 14º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente. Obviamente que esta votação da primeira revisão orçamental, tem a ver com a inclusão do saldo da gerência no exercício económico de 2015. Pura e simplesmente uma operação contabilística muito simples.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a 1ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2015 a votação, tendo sido a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de renovação da deliberação de autorização de abertura de procedimentos concursais, de acordo com a informação de serviço nº 159/2015, de 13 de abril, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 46.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, n.ºs 2 e 3, do artigo 66º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, n.ºs 2 e 3, do artigo 64º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro e nos n.ºs 2 e 3, do artigo 64º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de

Dezembro. Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Muito bem, aprovamos o Mapa de Pessoal, falamos no ano passado e agora fizemos uma revisão em virtude de acomodar a Universalidade da Assembleia Distrital de Viseu, pelo que o que estamos a solicitar a esta Assembleia é a aprovação de deliberação de autorização de abertura de procedimentos concursais para dois postos de trabalho em cumprimento do Mapa de Pessoal, então aprovado em novembro, na última Assembleia, e de acordo com a lei, dado estarem numa fase terminal, pelo que temos que pedir, a vossa deliberação e autorização para renovar e continuar estes procedimentos.” -----

---Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta de renovação da deliberação de autorização de abertura de procedimentos concursais, de acordo com a informação de serviço nº 159/2015, de 13 de abril a votação, tendo sido a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de novembro de 2014 e 21 de abril de 2015, ao abrigo autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 28 de novembro de 2014, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Senhores Presidentes, Senhores Deputados. Como no passado já nos transmitiram esse voto de confiança neste parecer genérico, nesta autorização genérica.-----

---Muitos dos compromissos já eram plurianuais, por natureza, outros em virtude da execução destes programas, das várias reprogramações físicas e financeiras que tiveram que decorrer durante o ano, tornaram-se plurianuais e agora estamos, também, a dar conta a esta Assembleia da listagem dos compromissos assumidos e que se transformaram em plurianuais”.-----

---Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de novembro de 2014 e 21 de abril de 2015, ao abrigo autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia

Intermunicipal, na sua sessão de 28 de novembro de 2014 a votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Esgotada que está a nossa ordem de trabalhos, foi uma Assembleia, embora com alguns pormenores de maior vivacidade, relevante para toda a Comunidade e para a região. -----

--- Nós não registamos nenhuma inscrição prévia do público, assim sendo resta-nos dar por concluído esta reunião, agradecendo a presença de todos, dizendo-vos que houve quatro faltas nesta reunião e que cá estaremos na região Viseu Dão Lafões numa próxima Reunião Ordinária para fazer a respetiva aprovação e também dando-vos boa nota, de que promovermos uma reunião com a mesa, com os líderes parlamentares sobre as pretensões e recomendações que foram aqui apresentadas nesta reunião". -----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma.---

